



**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
SÃO PAULO**

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO PPP

2019-2023

**Câmpus
São Paulo - Pirituba
(PTB)**

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
São Paulo
2021

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO

**CÂMPUS SÃO PAULO
PIRITUBA - PTB**

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO



2019-2023

**SÃO PAULO
OUTUBRO DE 2019**

Folha de aprovação no CONCAM

Minuta

Comissão Local do Projeto-Político Pedagógico (PPP)

As seguintes Comissões participaram da construção deste Documento:

- De Fev/2019 a atualmente (Portaria IFSP-PTB 13/2019, de 19 de fevereiro de 2019):

ADRIANA PAES DE JESUS CORREIA (Professora EBTT)
IGOR POLEZI MUNHOZ (Professor EBTT)
JAIR GARCIA DOS SANTOS (Téc. em Assuntos Educacionais e Diretor Adjunto Educacional)
MIRTES IONE UJIKAWA (Psicóloga)
RENATO MARCON PUGLIESE (Professor EBTT)
RODRIGO CORDEIRO CAMILO (Professor EBTT)
THIAGO BUFELI BIANCHINI (Professor EBTT)

- Entre Fev/2018 e Fev/2019 (Portaria IFSP-PTB 13/2018, de 26 de fevereiro de 2018):

ADRIANA PAES DE JESUS CORREIA (Professora EBTT)
FERNANDO CÉSAR MENDONÇA (Professor EBTT)
HÂNIA CECÍLIA PILAN (Professora EBTT e Diretora Adjunta Educacional)
IGOR POLEZI MUNHOZ (Professor EBTT)
KAMILI OLIVEIRA SANTANA (Assistente de Aluno e Coordenadora de Apoio ao Ensino)
LUCIANA CAVALCANTI MAIA SANTOS (Professora EBTT)
MIRTES IONE UJIKAWA (Psicóloga)
RENATA FERNANDEZ TARGINO (Técnica em Assuntos Educacionais)
RENATO MARCON PUGLIESE (Professor EBTT)
THIAGO BUFELI BIANCHINI (Professor EBTT)
VALÉRIA CURAC (Assistente em Administração)

- Entre Fev/2017 e Fev/2018 (Portaria IFSP-PTB 10/2017, de 13 de fevereiro de 2017):

ANA MÁRCIA LIMA COSTA (Pedagoga)
ANA PAULA BULGARELLI (Professora EBTT)
DANILO AMORIM DE SOUZA (Professor EBTT)
HÂNIA CECÍLIA PILAN (Professora EBTT e Diretora Adjunta Educacional)
JAIR GARCIA DOS SANTOS (Técnico em Assuntos Educacionais)
MIRTES IONE UJIKAWA (Psicóloga)
RENATO MARCON PUGLIESE (Professor EBTT)
VALÉRIA CURAC (Assistente em Administração)

- Entre Set/2016 e Fev/2017 (Portaria IFSP-PTB 13/2016, de 15 de setembro de 2016):

ANA PAULA BULGARELLI (Professora EBTT)
DANILO AMORIM DE SOUZA (Professor EBTT)
HÂNIA CECÍLIA PILAN (Professora EBTT e Diretora Adjunta Educacional)
JAIR GARCIA DOS SANTOS (Técnico em Assuntos Educacionais)
RENATO MARCON PUGLIESE (Professor EBTT)
RITA ROBERTA MARIOTO (Professora EBTT)

VALÉRIA CURAC (Assistente em Administração e Coordenadora de Registros Acadêmicos)

- Entre Fev/2017 e Fev/2018

ANA MÁRCIA LIMA COSTA (Pedagoga)
DANILO AMORIM DE SOUZA (Professor EBTT)
ANA PAULA BULGARELLI (Professora EBTT)
HÂNIA CECÍLIA PILAN (Professora EBTT e Diretora Adjunta Educacional)
JAIR GARCIA DOS SANTOS (Técnico em Assuntos Educacionais)
MIRTES IONE UJIKAWA (Psicóloga)
RENATO MARCON PUGLIESE (Professor EBTT)
VALÉRIA CURAC (Assistente em Administração)

- Entre Fev/2018 e Fev/2019

RENATO MARCON PUGLIESE (Professor EBTT)
ADRIANA PAES DE JESUS CORREA (Professora EBTT)
FERNANDO CÉSAR MENDONÇA (Professor EBTT)
HÂNIA CECÍLIA PILAN (Professora EBTT e Diretora Adjunta Educacional)
IGOR POLEZI MUNHOZ (Professor EBTT)
KAMILI OLIVEIRA SANTANA (Assistente de Aluno)
LUCIANA CAVALCANTI MAIA SANTOS (Professora EBTT)
MIRTES IONE UJIKAWA (Psicóloga)
RENATA FERNANDEZ TARGINO (Técnica em Assuntos Educacionais)
THIAGO BUFELI BIANCHINI (Professor EBTT)
VALÉRIA CURAC (Assistente em Administração)

- Entre Fev/2019 e Nov/2019

RENATO MARCON PUGLIESE (Professor EBTT)
ADRIANA PAES DE JESUS CORREA (Professora EBTT)
IGOR POLEZI MUNHOZ (Professor EBTT)
MIRTES IONE UJIKAWA (Psicóloga)
JAIR GARCIA DOS SANTOS (Técnico em Assuntos Educacionais)
RODRIGO CORDEIRO CAMILO (Professor EBTT)
THIAGO BUFELI BIANCHINI (Professor EBTT)

- Entre Nov/2019 e Mar/2020

RENATO MARCON PUGLIESE (Professor EBTT)
ALAN MARQUES DA SILVA (Professor EBTT e Diretor Adjunto Educacional)
DAVI MUNHOZ BENATI (Professor EBTT)
FABIO OLIVEIRA TEIXEIRA (Professor EBTT)
FELIPE HENRIQUE GONÇALVES DA SILVA (Professor Substituto)
FLÁVIA ROBERTA TOREZIN (Professora EBTT)
IGOR POLEZI MUNHOZ (Professor EBTT)

MIRTES IONE UJIKAWA (Psicóloga e representante CSP)
RODRIGO CORDEIRO CAMILO (Professor EBTT)
ROGÉRIO DEITALI BRUNO (Professor EBTT)
THIAGO BUFELI BIANCHINI (Professor EBTT)

- Entre Mar/2020 e Jun/2021

ROGÉRIO DEITALI BRUNO (Professor EBTT)
ALAN MARQUES DA SILVA (Professor EBTT e Diretor Adjunto Educacional)
FABIO OLIVEIRA TEIXEIRA (Professor EBTT)
FLÁVIA ROBERTA TOREZIN (Professora EBTT)
IGOR POLEZI MUNHOZ (Professor EBTT)
MIRTES IONE UJIKAWA (Psicóloga e representante CSP)
RODRIGO CORDEIRO CAMILO (Professor EBTT)
THIAGO BUFELI BIANCHINI (Professor EBTT)

- Entre Jun/2021 e Ago/2021

ROGÉRIO DEITALI BRUNO (Professor EBTT)
FLÁVIA ROBERTA TOREZIN (Professora EBTT e Diretora Ajunta Educacional)
ALAN MARQUES DA SILVA (Professor EBTT e Diretor Geral)
EDNA ALENCAR DA SILVA RIVERA (Técnica em Assuntos Educacionais)
FABIO OLIVEIRA TEIXEIRA (Professor EBTT)
PAMELLA ARAUJO SANTOS (Professora EBTT)
THIAGO BUFELI BIANCHINI (Professor EBTT)
VAGNER LUIS DA SILVA (Professor EBTT)

- A partir de Ago/2021

FLÁVIA ROBERTA TOREZIN (Diretora Ajunta Educacional – presidenta)
ALAN MARQUES DA SILVA (Diretor Geral)
EDNA ALENCAR DA SILVA RIVERA (Técnica em Assuntos Educacionais)
FABIO OLIVEIRA TEIXEIRA (Representante Docente – área de Informática)
LUCIANA CAVALCANTI MAIA SANTOS (Representante Coordenadoria de Pesquisa)
PAMELLA ARAUJO SANTOS (Representante Docente – área de Linguagens)
PATRÍCIA CRISTIANE SANTANA DA SILVA (Diretora Adjunta Administrativa)
RENATA CHIUETTI MACHADO (Representante Coordenadoria de Extensão)
ROGÉRIO DEITALI BRUNO (Representante Docente – área de Engenharia)

THIAGO BUFELI BIANCHINI (Representante Docente – área de Ciências da Natureza)

VAGNER LUIS DA SILVA (Representante Docente – área de Ciências Humanas)

WILLIAN RAMALHO FEITOSA (Representante Docente – área de Gestão)

ADRIANA MASCENA GOMES (Representante Discente)

TATIANA FERREIRA DAMASCENO (Representante Comunidade Externa)

Minuta

Sumário

1. Apresentação	10
2. A instituição: o IFSP.....	11
2.1. Breve histórico do IFSP	11
2.2. Função social, objetivos e metas.....	13
2.3. Princípios norteadores.....	14
2.4. Referências.....	20
3. O Câmpus Pirituba.....	22
3.1. Histórico do Câmpus	22
3.2. Infraestrutura física e instalações acadêmicas	26
3.3. Recursos humanos	48
4. Pressupostos Político-Pedagógicos do Câmpus	49
4.1. Ética, cidadania, inclusão social, criticidade	49
4.2. Gestão democrática.....	50
4.3. Ensino: processos, metodologia e avaliação.....	52
4.4. Mundo do trabalho e Educação Profissional	55
4.5. Empreendedorismo e Cooperativismo.....	57
4.7. Extensão.....	61
4.8. Referências.....	62
5. Os cursos que oferecemos	65
5.1. Técnico.....	65
5.1.1. Técnico Integrado ao Ensino Médio	66
a) Técnico em LOGÍSTICA Integrado ao Ensino Médio	66
b) Técnico em REDES DE COMPUTADORES Integrado ao Ensino Médio	67
c) Técnico em ADMINISTRAÇÃO Integrado ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos	68
5.1.2. Técnico Concomitante/Subsequente ao Ensino Médio	69
a) Técnico em ADMINISTRAÇÃO concomitante/subsequente ao Ensino Médio	70
5.2. Graduação	70
5.2.1. Licenciatura	71
a) Licenciatura em LETRAS - Português / Inglês	71
5.2.2. Tecnologia	72
a) Tecnologia em GESTÃO PÚBLICA.....	72
b) Tecnologia em ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS.....	73
5.2.3. Bacharelado	74
a) Bacharelado em ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	74
5.3. Pós-Graduação	75
a) Especialização em HUMANIDADES: Educação, Política e Sociedade.	75
b) Especialização em GESTÃO DE PROJETOS.	76
5.4. Cursos de Extensão	77
6. O que fazemos: políticas e ações em nosso Câmpus.....	78
6.1. Coordenadoria Sociopedagógica	78
6.2. Assistência Estudantil	80
6.3. NAPNE – Ações Inclusivas	80
6.4. Formação Continuada	81
6.5. Políticas e Ações de Extensão	82
6.6. Políticas e Ações de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação	82

6.7. Órgãos Colegiados	83
6.8. CPA.....	84
6.9. Movimento Estudantil: Grêmio, C.A. e Atlética	85
6.10. Comissão para Avaliação Docente – CAAD	85
6.11. Coordenadoria de Apoio ao Ensino (CAE)	86
6.12. Coordenadoria de Biblioteca (CBI)	86
7. A escola que queremos: diagnóstico, metas e ações	88
7.1. Dimensão: Ensino	88
7.2. Dimensão: Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação	99
7.3. Dimensão: Extensão	106
7.4. Dimensão: Administrativa	108

Minuta

1. Apresentação

O presente texto descreve a primeira versão do Projeto Político-Pedagógico (PPP) do Câmpus São Paulo Pirituba (PTB) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), e foi elaborado a partir das contribuições dos membros das comissões apresentada nas páginas iniciais deste documento. Comissões essas compostas por professores, técnicos administrativos educacionais e outros servidores afins. As comissões estruturadas para a sua confecção, modificadas a cada período letivo, organizaram-se sempre coletivamente e trabalharam durante meses para a proposta de minuta que aqui segue a debate público.

Inaugurado em 2016, o Câmpus Pirituba mesmo sem um Projeto Político Pedagógico promoveu muitas atividades, entre projetos, ações e formação de turmas. No entanto, pela ausência de um documento norteador, problemas e conflitos surgiram.

Esta versão representa um relatório das atividades desenvolvidas e de ações em andamento, bem como, projeta diretrizes e estabelece parâmetros político-pedagógicos para a vida no câmpus, ou seja, tenta estabelecer um ponto de vista comum aos servidores, estudantes e à comunidade externa, visando a construção de uma identidade e de um norteamento.

Para o quê e para quem serve o Câmpus São Paulo Pirituba do IFSP?

Para a concretização de uma educação escolar democrática, faz-se necessária respeito à diversidade, à pluralidade e à multiplicidade de ideias. Porém, para alcançar esta meta é fundamental parâmetros de trabalho, organização de cursos e metas comuns. Com este objetivo, baseado em roteiros fornecidos pela Pró-Reitoria de Ensino (PRE) do IFSP e na leitura de PPPs de outros câmpus, como Araraquara, Birigui, Boituva, Guarulhos e São Carlos, elaboramos este Projeto Político Pedagógico.

Cabe ressaltar que, apesar de institucionalmente ter recebido a denominação de Câmpus São Paulo Pirituba (Portaria MEC nº 378, de 9 de maio de 2016), utilizaremos a forma que tem se popularizado: **Câmpus Pirituba**.

2. A ¹instituição: o IFSP

2.1. Breve histórico do IFSP

Há mais de 100 anos, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) oferece ensino de qualidade, público e gratuito. No decorrer da longa trajetória, a Instituição de Ensino teve diversas denominações. A primeira delas, Escola de Aprendizes Artífices (Decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909), que ofertava cursos de tornearia, de eletricidade e de mecânica, além das oficinas de carpintaria e artes decorativas.

Em 1937, o ensino no Brasil passou por uma nova estruturação administrativa e funcional o que fez com que a Escola de Aprendizes Artífices passasse a ser chamada de Liceu Industrial de São Paulo (Lei n. 378, de 13 de janeiro de 1937). Na área educacional, foi criado o Departamento Nacional da Educação estruturado em oito divisões de ensino: primário, industrial, comercial, doméstico, secundário, superior, extraescolar e educação física.

Novas reformas na educação profissional ocorreram em 1942, época em que se tornou premente a formação de pessoal técnico qualificado. Neste mesmo ano, o Decreto-Lei n. 4.073 definiu a Lei Orgânica do Ensino Industrial, que fixou as bases de organização e de regime do ensino industrial. Cabia ao ensino industrial formar profissionais aptos ao exercício de ofício e técnicas nas atividades industriais. Além disso, oferecer aos trabalhadores jovens e adultos da indústria, não diplomados ou habilitados, uma qualificação profissional que lhes aumentasse a eficiência e a produtividade; aperfeiçoar ou especializar os conhecimentos e capacidades de trabalhadores diplomados ou habilitados. E, por fim, divulgar conhecimentos de atualidades técnicas.

Em 1942, diante das bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial surge a Escola Técnica de São Paulo (Decreto-Lei n. 4.127), com o objetivo de oferecer “os cursos técnicos e os cursos pedagógicos, e bem assim os cursos industriais e os cursos de mestria, de que trata o regulamento do quadro dos cursos de

¹ O presente documento se constitui na primeira pessoa do plural sempre nos assuntos relativos especificamente ao Câmpus Pirituba.

ensino industrial”. Esse decreto, porém, condicionava o início do funcionamento da Escola Técnica de São Paulo à construção de novas instalações próprias, mantendo-a na situação de Escola Industrial de São Paulo enquanto não se concretizassem tais condições. Em 1946, a escola paulista recebeu autorização para implantar o curso de construção de máquinas e motores e o de pontes e estradas.

Em 20 de agosto de 1965, foi sancionada a Lei n. 4.759, que dispôs sobre a denominação e qualificação das Universidades e Escolas Técnicas Federais, transformando a Escola Técnica de São Paulo em Escola Técnica Federal. Os cursos técnicos de Eletrotécnica, de Eletrônica e Telecomunicações e de Processamento de Dados foram, então, implantados no período de 1965 a 1978, os quais se somaram aos de Edificações e Mecânica, já oferecidos.

Ainda sobre Escola Técnica Federal, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1971 trouxe grandes implicações, já que possibilitou a formação de técnicos através de cursos integrados ao ensino médio (técnico e médio), completados em quatro anos, com carga horária média de 4.500 horas/aula – (quatro mil e quinhentas horas), (IFSP, 2014).

Em 1994, a Lei n. 8.948, de 08 de dezembro, transformou as Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) que, com o Decreto nº 5.224, de 01 de outubro de 2004, foram autorizados a “ministrar ensino superior de graduação e de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, visando à formação de profissionais e especialistas na área tecnológica” (Artigo 4º, V).

No ano de 2008, com a Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, foram criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF). Os Institutos Federais, num total de 38 (trinta e oito) instituições, criados por meio desta lei, são definidos em seu Art. 2 como:

“instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas (...)”.

Atualmente, o IFSP possui mais de 40 mil alunos nas 37 unidades distribuídas pelo estado de São Paulo, nas cidades de Araraquara, Avaré, Barretos, Birigui, Boituva, Bragança Paulista, Campinas, Campos do Jordão, Capivari, Caraguatatuba, Catanduva, Cubatão, Guarulhos, Hortolândia, Ilha Solteira, Itapetininga, Itaquaquecetuba, Jacareí, Jundiaí, Matão, Piracicaba, Presidente Epitácio, Registro, Salto, São Carlos, São João da

Boa Vista, São José dos Campos, São Paulo (Pirituba, São Miguel Paulista e São Paulo), São Roque, Sorocaba, Sertãozinho, Suzano, Tupã e Votuporanga.

Comprovando a abrangência de sua atuação, o IFSP, além de investir fortemente na realização de pesquisas aplicadas e no desenvolvimento de atividades de extensão, oferece cursos técnicos, tanto na forma de cursos integrados ao ensino médio, quanto na forma concomitante ou subsequente (para alunos que concluíram a educação básica ou para aqueles que ainda concluirão o ensino médio). Além desses, também oferece os cursos de graduação (licenciaturas, bacharelados e superiores de tecnologia), pós-graduação (lato sensu e stricto sensu) e o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA).

2.2. Função social, objetivos e metas

O IFSP, historicamente, constitui-se como espaço formativo no âmbito da educação e do ensino profissionalizante, acompanhando os processos de transformação no mundo do ensino e do trabalho, com a perspectiva de diminuição das desigualdades sociais no Brasil. Neste sentido, busca construir uma práxis educativa que contribua à inserção social, formação integradora e produção do conhecimento.

O IFSP tem como objetivo central agregar à formação acadêmica a preparação para o mundo do trabalho, discutindo os princípios das tecnologias a ele relativas. Compreende-se, para isso, que seja preciso derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura, buscando a emancipação humana.

A concepção do trabalho como princípio educativo baseia-se a partir da compreensão da relação indissociável entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura; daí a primorosa organização e desenvolvimento curricular, com clareza nos seus objetivos, conteúdos e métodos. Assim, a Educação Profissional deve explicitar o modo como o saber se relaciona com o processo de trabalho, ao propiciar também a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos e sócio-históricos da atividade produtiva, para promover o desenvolvimento intelectual e a apreensão de elementos culturais que configurem a vida cidadã e economicamente ativa.

Entre seus aspectos fundadores, os Institutos Federais têm como principais metas:

- 1) expandir a oferta de educação profissional pública e de qualidade;

- 2) estar aberto à comunidade por meio da verticalização da oferta de cursos (da modalidade EJA até a pós-graduação e cursos de curta duração) e do acesso facilitado pela ampliação da rede em todas as regiões do país e
- 3) formar cidadãos para o mundo do trabalho e não somente para o “mercado” de trabalho, por meio de uma educação crítica e reflexiva (PACHECO, 2011).

2.3. Princípios norteadores

A lei de criação dos Institutos Federais (Lei nº 11.892/2008) e o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (IFSP, 2009 e 2014) são importantes documentos que fundamentam as ações do Instituto Federal de São Paulo. Com base nestes documentos, destacam-se a seguir algumas concepções e princípios norteadores do IFSP.

O IFSP tem como pressuposto o fato de que o desenvolvimento humano é um processo de construção contínua e que se estende ao longo da vida dos indivíduos e das sociedades de forma indissociável.

Na busca por uma formação profissional, científica e tecnológica, os Institutos Federais, tal como prefigurado em sua lei de criação (Lei nº 11.892/2008) objetiva “construir uma práxis educativa que contribua para a inserção social, a formação integradora e a produção do conhecimento” (Art. 2º).

Assim, o IFSP, em consonância com seus objetivos e princípios, assume compromisso em sua ação educativa com o desenvolvimento integral dos alunos.

Ao compreender o sujeito como um ser sócio-histórico, ou seja, resultado de um conjunto de relações sociais historicamente determinadas, em constante construção e transformação, o IFSP acredita que o desenvolvimento de capacidades, potencialidades, habilidades, competências, valores e atitudes especificamente humanos perpassa diretamente por uma ação educativa (IFSP, 2014). Nesta maneira, a instituição de ensino tem em si a responsabilidade de levar o estudante ao pleno desenvolvimento enquanto cidadão, por meio da apropriação do conhecimento humano construído, visando uma formação geral e universal no sentido amplo.

A instituição se identifica e se compromete com um projeto democrático de sociedade que compreende e pratica a educação escolar como um compromisso de transformação, capaz de dar sentido cada vez maior tanto à nossa prática social, enquanto

instituição, como também a cada sujeito individual, que se encontra envolvido nesta atividade.

Compreende-se a educação como processo de formação e interação social realizado em um tempo histórico determinado e com características ideológicas específicas, permitindo a construção de conhecimentos, habilidades e valores para o desenvolvimento humano integral e pleno, e para a participação na sociedade. Neste sentido, a educação escolar assume papel cada vez mais imprescindível no desenvolvimento social e, também econômico.

A educação escolar, com isso, é fator importante e indispensável no processo de transformação dessa realidade social. Além da instrução e da orientação do sujeito para a apropriação do conhecimento, a educação também tem um sentido de dentro para fora, que significa a possibilidade de o sujeito revelar suas potencialidades e educar-se.

Assim sendo, a proposta pedagógica do IFSP vincula-se à ideia de que o ensino não se limita à transmissão de informações e/ou ao desenvolvimento de capacidades técnicas para um exercício profissional específico. Mas, ao contrário, a formação de seus alunos deve contemplar a chamada “cultura geral” - saberes cujo sentido formativo não se confundem necessariamente com uma aplicação imediata - e o engajamento político - por meio do desenvolvimento da consciência crítica dos estudantes.

O vínculo da educação com o contexto social e cultural leva a questionamentos e a revisão de modelos educacionais estabelecidos para atender aos anseios e às necessidades da sociedade, apresentando desafios acentuados e problematizados. No mundo globalizado e em constantes transformações, o conceito de educação vem sendo revisto e ampliado, assumindo uma perspectiva processual que não se encerra ao final da escolarização, mas se prolonga ao longo da vida do indivíduo para permitir que ele possa responder aos desafios da provisoriedade do conhecimento, num contexto em constante mudança (DELLORS, 1999).

O IFSP reconhece a formação técnica e tecnológica como um dos elementos estruturantes capazes de contribuir para o desenvolvimento humano tanto do ponto de vista individual como coletivo. A proposta educacional dos Institutos Federais está pautada, atualmente, em uma concepção humanista de educação, buscando integrar ciência, tecnologia e cultura como dimensões indissociáveis da vida humana e desenvolver a capacidade de investigação científica para a construção da autonomia intelectual:

“O modelo dos Institutos Federais surge como uma autarquia de regime especial de base educacional humanístico-técnico-científica. É uma instituição que articula a educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino” (BRASIL, 2010, p. 19).

O objetivo principal passa pela formação profissional técnica e tecnológica de qualidade, que só se torna possível, à medida em que, o processo educativo contribui para a construção de cidadãos por meio de novos saberes. Uma vez que os Institutos visam a formação do cidadão para o mundo do trabalho, superando o conceito da mera formação do profissional para o mercado, é preciso esforços para “derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana, é um dos objetivos basilares dos Institutos” (BRASIL, 2010, p. 10).

Nesta perspectiva, aproxima-se à compreensão do trabalho como princípio educativo (RAMOS, 2004 e FRIGOTTO, 2004) na medida em que se coloca exigências específicas para o processo educativo, visando à participação direta dos membros da sociedade no trabalho produtivo. Com isso, a educação deve explicitar o modo como o saber se relaciona com o processo de trabalho, ao propiciar também a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos e sócio-históricos da atividade produtiva, para promover o desenvolvimento intelectual e a apreensão de elementos culturais que configurem a vida cidadã e economicamente ativa.

Assim, insere-se no contexto a educação profissional, em que o conhecimento científico adquire o sentido de força produtiva, focando-se o trabalho como primeiro fundamento da educação como prática social.

Deste modo, a educação profissional e tecnológica trata-se de uma política pública, por seu compromisso social, tanto por contribuir para o desenvolvimento econômico e tecnológico nacional, quanto por ser fator de fortalecimento do processo de inserção cidadã. O objetivo da formação profissional não é formar um profissional para o mercado de trabalho, mas sim um cidadão para o mundo do trabalho:

“Assim, a educação exercida no IFSP não estará restrita a uma formação estritamente profissional, mas contribuirá para a iniciação à ciência e a promoção de instrumentos que levem à reflexão sobre o mundo e as tecnologias” (IFSP, 2009, p. 41).

Sentido pelo qual, a escola, como instituição educativa da sociedade, é o espaço privilegiado da educação formal, lugar de cultura e do saber científico que, ao possibilitar a apropriação dos instrumentos teóricos e práticos, facilita a análise e compreensão da realidade, do mundo em que vivemos. A escola deve promover a interação consciente das pessoas consigo mesmas, delas entre si, com o conhecimento, com o meio ambiente e com outros produtos da cultura, ampliando sua visão de mundo.

É como uma instituição educativa muito maior que uma “escola”, que se situa o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, na perspectiva da educação profissional e tecnológica. Por sua excelência e seus vínculos com a sociedade produtiva, esta instituição pode protagonizar um projeto inovador e progressista, comprometido com a democracia e a justiça social, ao buscar a construção de novos sujeitos históricos, aptos a se inserir no mundo do trabalho, compreendendo-o e transformando-o.

Tais diretrizes reafirmam o compromisso dos IFs com a formação humanística de docentes e discentes, que precede a qualificação para o trabalho e enxerga a educação profissional e tecnológica baseada na integração entre ciência, tecnologia e cultura.

No contexto da educação profissional, a concepção de conhecimento articula as ciências naturais, humanas e tecnológicas com o mundo do trabalho, partindo da premissa da construção desse conhecimento firmado nos seguintes eixos: trabalho, ciência, tecnologia, cultura.

“Os Institutos Federais, em sua concepção, amalgamam trabalho-ciência-tecnologia-cultura na busca de soluções para os problemas de seu tempo, aspectos que necessariamente devem estar em movimento e articulados ao dinamismo histórico da sociedade em seu processo de desenvolvimento” (BRASIL, 2010, p. 34).

A Ciência envolve conceitos e métodos que, ao mesmo tempo em que são estabilizados e transmitidos de geração em geração, podem e devem ser questionados e superados historicamente, no movimento permanente de construção de novos conhecimentos. |Ao longo da história, os conhecimentos, produzidos e legitimados socialmente, são resultado de um processo empreendido pela humanidade na busca da compreensão e da transformação dos fenômenos naturais e sociais. Movimento pelo qual o ser humano como produtor de sua realidade, precisa apropriar-se dela, para transformá-la.

A transformação da Ciência foi correlata com uma transformação no conhecimento técnico. Esse conhecimento passou a ter outro caráter. Deixou de ser um

conhecimento sem nexos e sem formalização. Pode-se creditar a esse momento o surgimento de um novo conhecimento, o conhecimento tecnológico, que significa um conhecimento produtivo articulado e consciente. Esse novo saber que constitui a Tecnologia não é um saber sem significado e conexões.

A Tecnologia surge como um aprofundamento de um processo de racionalização da civilização que repercute na técnica. Essa racionalização pode ser entendida como identificação das causas dos fenômenos e, nesse sentido, constitui uma efetiva cientificação da Técnica.

Assim, ao buscar-se a transformação da ciência em força produtiva, marca-se a noção de tecnologia, que se caracteriza como uma extensão das capacidades humanas, ao visar a satisfação das necessidades, mediando o conhecimento científico e a produção. É possível compreender o processo histórico de transformação da ciência em atividade produtiva por meio do desenvolvimento tecnológico.

“A Tecnologia tem dinâmica própria e, embora interagindo com a Ciência, ela busca conhecimentos específicos. A Tecnologia é estilo de trabalho, de pesquisa, que incorpora metodologias e conceitos da pesquisa científica, porém também é um campo do conhecimento cuja aplicação passa por outros critérios como eficácia e viabilidade técnico-econômica e social” (IFSP, 2014, p. 147).

Considerando esta visão de escola articulada com o trabalho e com a formação integrada do estudante tem-se a construção do conhecimento como algo dinâmico e significativo e não fragmentado e descontextualizado. Nesse sentido, o IFSP em seu Projeto Pedagógico Institucional - PPI, afirma que o fazer pedagógico deve trabalhar “na superação da separação ciência/tecnologia e teoria/prática [...], tentando estabelecer o diálogo entre os conhecimentos científicos, tecnológicos, sociais e humanísticos e conhecimentos e habilidades relacionadas ao trabalho” (IFSP, 2014, p.157).

O conhecimento para o mundo do trabalho vai além da técnica e da produção, envolvendo relações sociais, culturais e científicas. A Educação, nesse viés, estaria ligada a um movimento constante, em que o conhecimento produzido historicamente retorna à sociedade por meio do indivíduo que articula esse conhecimento com a realidade, transformando-o (BRASIL, 2010).

Diante disso, a concepção de conhecimento está articulada ao conceito de processo educativo dialógico, integrando trabalho, ciência e cultura. No contexto da educação profissional, o trabalho é o primeiro foco da educação enquanto prática social, que juntamente com a ciência e a cultura contribui para uma formação integrada do

estudante. Nessa vertente, o conhecimento se desenvolve em uma prática interativa com a realidade, que além de propiciar sua transmissão de geração em geração, o questiona, com vistas a um movimento permanente de construção de novos conhecimentos. Podemos afirmar então que o conhecimento não é algo estático, pelo contrário, trata-se de um processo de construção e reconstrução contínuo voltado à formação plena do educando (IFSP, 2014).

Partindo do princípio da autonomia e a gestão democrática que fazem parte da própria natureza do ato pedagógico, identifica-se a importância e a necessidade de se estabelecer relações democráticas que criem um ambiente institucional propício ao diálogo e a participação. Dessa forma, as práticas educativas devem levar em conta os diversos públicos presentes numa instituição em função das diferenças de gênero, de classe social, de etnia e de religiosidade.

Para tanto, o desafio cotidiano para a prática pedagógica docente é o desenvolvimento de ensino de qualidade junto à ampla gama de públicos que procuram por profissionalização e inserção do mercado de trabalho, mas sem perder de vista a formação integrada – para o mundo do trabalho.

Uma formação integrada, além de possibilitar o acesso a conhecimentos, promove a reflexão crítica sobre os padrões culturais, sobre as referências e tendências estéticas que se manifestam em tempos e espaços históricos, e incorpora os valores ético-políticos.

Integrando, com isso, a ciência e a cultura, a formação profissional deve objetivar a formação plena do educando, possibilitando construções intelectuais mais elevadas, apropriação de conceitos necessários para intervenção consciente na realidade e compreensão do processo histórico de construção do conhecimento. Assim, contribui-se para a formação de sujeitos autônomos, que possam compreender-se no mundo e dessa forma, atuar nele por meio do trabalho, transformando a natureza e a cultura em função das necessidades coletivas da humanidade, ao mesmo tempo em que cuida da preservação.

Entendemos que, no processo de ensino, é importante priorizar uma metodologia que permita a inserção do educando como agente de sua aprendizagem, ou seja, a participação efetiva do estudante na apropriação do conhecimento. Uma das possibilidades metodológicas é trazer, para a sala de aula, os problemas do mundo atual e/ou situações-problema que simulem a realidade, a fim de que os alunos possam sugerir propostas de resolução ou de possíveis encaminhamentos, promovendo-se o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico.

O currículo deve contribuir para a construção do pensamento crítico e para a formação integral do indivíduo. Além disso, deve ter como alicerce as questões éticas, respeitar a diversidade cultural e regional e proporcionar uma formação para a cidadania.

Para garantir a formação plena do educando, o currículo deve possibilitar construções intelectuais elevadas e a apropriação de conceitos, habilidades e atitudes necessários para a intervenção consciente na realidade.

Como princípio de organização dos componentes curriculares, a verticalização implica o reconhecimento de fluxos que permitam a construção de itinerários de formação entre os diferentes cursos da educação profissional e tecnológica: qualificação profissional, técnico, graduação e pós-graduação tecnológica.

Vale destacar que a proposta curricular que integra o ensino médio à formação técnica supera o conceito de escola dual e fragmentada, pois estabelece o diálogo entre os conhecimentos científicos, tecnológicos, sociais e humanísticos e conhecimentos e habilidades relacionadas ao trabalho.

Em consonância com esse entendimento, o currículo se torna um poderoso instrumento de mediação para atingir o conhecimento científico, o desenvolvimento do raciocínio lógico, construtivo e criativo, para que se estabeleça uma consciência crítica e reflexiva no indivíduo, ao ponto de transformar atitudes e convicções, buscando a participação de forma efetiva e responsável da vida social, política, cultural e econômica do País.

2.4. Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Um novo modelo de Educação Profissional e Tecnológica: Concepções e diretrizes**. Brasília, 2010.

DELLORS, J. **Educação um Tesouro a Descobrir**. São Paulo: Cortez, 1999.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Juventude, trabalho e educação no Brasil: Perplexidades, desafios e perspectivas**. In: NOVAES, R e Vanuchi, P. (orgs). *Juventude e sociedade - trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2004.

IFSP. **PDI 2009-2013**. São Paulo, 2009.

IFSP. **PDI 2014-2018**. São Paulo, 2014.

IFSP. **PDI 2019-2023**. São Paulo, 2019.

PACHECO, Eliezer (Org.). **Institutos Federais: uma revolução da educação profissional e tecnológica.** São Paulo: Moderna, 2011.

RAMOS, Marise Nogueira. **O projeto unitário de ensino médio sob os princípios do trabalho, da ciência e da cultura.** In: FRIGOTTO, Gaudêncio e CIAVATTA (orgs.). Maria. Ensino médio. Ciência, cultura e trabalho. Brasília, MEC/SETEC, 2004.

Minuta

3. O Câmpus Pirituba

3.1. Histórico do Câmpus

O Câmpus Pirituba (PTB) do IFSP é fruto do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação. Está localizado na região noroeste do município de São Paulo, o maior centro econômico do país, com mais de 12,1 milhões de habitantes, desconsiderando-se a região metropolitana. Trata-se de uma cidade na qual os setores de indústria, serviços e comércio propiciam um vasto campo de atuação e empregabilidade.

O câmpus está instalado em um terreno de aproximadamente 50000 m², mediante concessão administrativa de uso por 90 anos, a título gratuito, pela Prefeitura do Município de São Paulo, Lei Municipal nº 15.686 de 26 de março de 2013, editada no processo administrativo nº 2012-0.272.628-0.

O noroeste paulistano constitui-se na área de influência principal do câmpus, que abrange os bairros de Pirituba, Jaraguá, São Domingos, Freguesia do Ó, Vila Brasilândia, Anhanguera e Perus. A Região engloba cerca de 1 milhão de habitantes, com a maior parte de sua população, cerca de 98%, vivendo em área urbana. Porém, o alcance do câmpus também se estende para outros bairros adjacentes, como Lapa, Vila Leopoldina e Vila Jaguara, bem como municípios conurbados à porção noroeste de São Paulo, como Osasco, Caieiras, Barueri, Franco da Rocha e Francisco Morato. Considerando os indicadores demográficos desse território, o montante populacional total potencialmente atingido pelas atividades formativas do câmpus passa dos 2 milhões de habitantes, conforme apresentado na Tabela 1.

Como percebe-se, o expressivo índice populacional por si já justifica a presença do governo federal na oferta de um serviço público capaz de viabilizar oportunidades educacionais em áreas prioritárias para o desenvolvimento regional, com perspectiva de crescimento social, cultural e econômico.

Para a definição dos eixos tecnológicos do câmpus, foram realizadas quatro audiências públicas², sendo que as três primeiras (realizadas em 14 e 28 de novembro de

²

As Atas das Audiências Públicas encontram-se disponíveis no câmpus.

2015, nos bairros de Pirituba e Perus, respectivamente, e em 12 de dezembro de 2015, no bairro da Brasilândia) foram para consulta pública, a fim de definir os eixos tecnológicos do câmpus; e, a quarta e última (realizada em 25 de junho de 2016, no próprio câmpus), para fornecer um retorno à população e divulgar o resultado final das audiências.

Tabela 1: Área de influência do câmpus São Paulo Pirituba

	Distritos / Municípios	População
Distritos da Região Noroeste do município de São Paulo	Anhanguera	65.859
	Brasilândia	264.918
	Freguesia do Ó	142.327
	Jaraguá	184.818
	Perus	80.187
	Pirituba	167.931
	São Domingos	84.843
Total parcial		990.883
Distritos adjacentes à Região Noroeste do município de São Paulo	Lapa	65.739
	Jaguará	24.895
	Vila Leopoldina	39.485
Total parcial		130.119
Municípios conturbados à Região Noroeste do município de São Paulo	Barueri	240.749
	Caieiras	86.529
	Francisco Morato	171.602
	Franco da Rocha	149.502
	Osasco	666.740
Total parcial		1.315.122
TOTAL GERAL		2.436.124

Fontes: Prefeitura do Município de São Paulo (disponível em <infocidade.prefeitura.sp.gov.br>, acesso em 05/03/2018) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (disponível em <cidades.ibge.gov.br>, acesso em 05/03/2018).

A escolha dos cursos no câmpus tem como justificativa os resultados das consultas públicas realizadas no momento de discussão da sua fundação (ver Gráficos 1 e 2), nos quais dois eixos tecnológicos foram definidos: Gestão e Negócios e Informação e Comunicação, conforme apresentado na Tabela 2.

Para atendimento a Lei 11892/2008, em que há também a necessidade de cada Instituto Federal oferecer 20% de suas vagas em cursos de formação de professores, e dada a demanda por cursos de línguas, optou-se pela abertura de Licenciatura em Letras (Português/Inglês), além da Especialização em Humanidades - Educação, Política e Sociedade.

Gráfico 1: Cursos indicados pela população nas audiências públicas realizadas

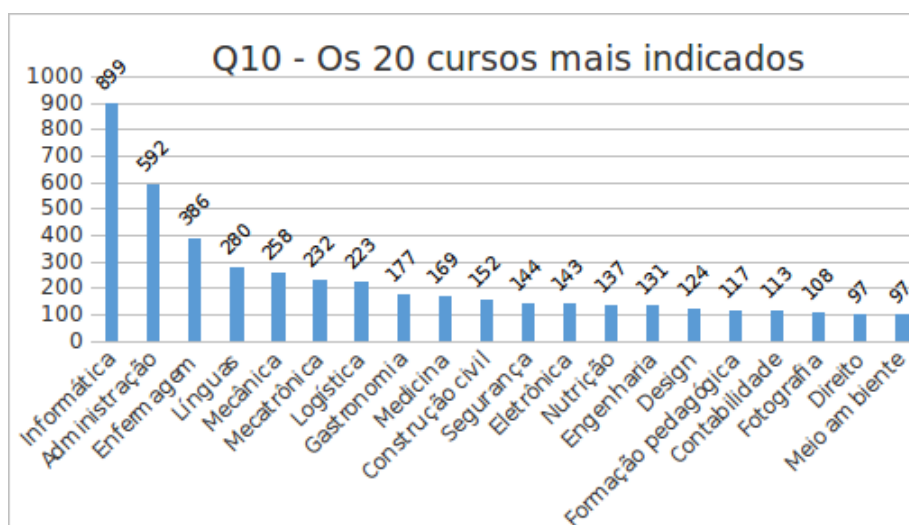


Gráfico 2: Eixos selecionados após levantamento dos cursos indicados nas audiências públicas.

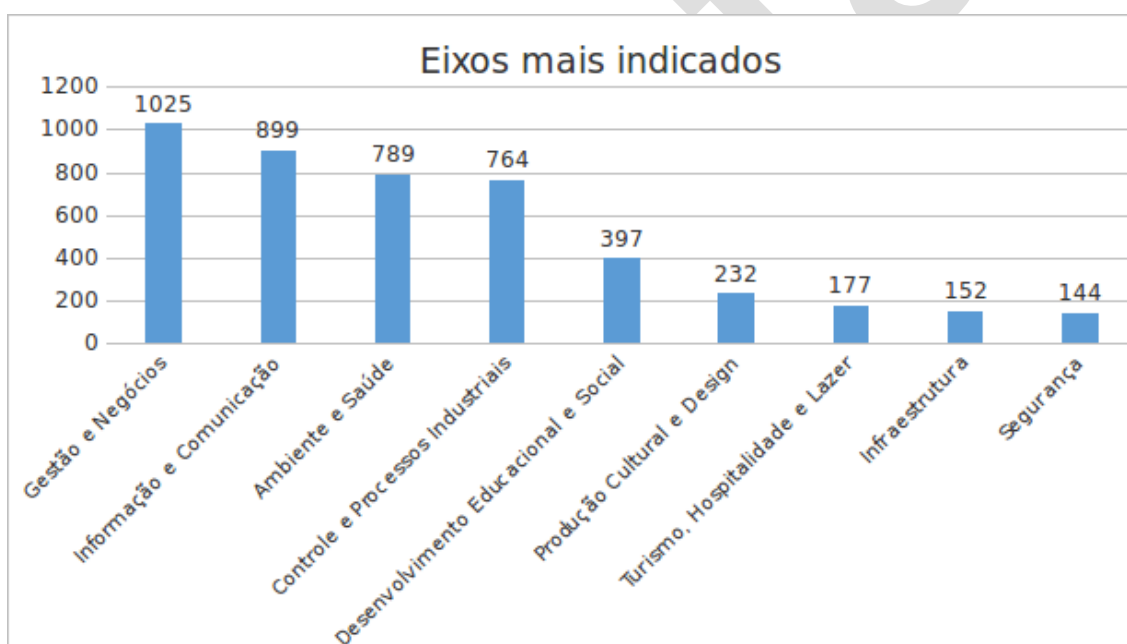


Tabela 2: Cursos regulares oferecidos atualmente no Câmpus São Paulo Pirituba

	Gestão e Negócios	Informação e Comunicação	Formação de professores
Cursos Técnicos	Administração (Concomitante/ Subsequente)	Redes de computadores (Integrado ao Ensino Médio)	
	Logística (Integrado ao Ensino Médio)		
	Administração (Integrado ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos)		
Cursos Superiores de Graduação	Tecnologia em Gestão Pública	Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Licenciatura em Letras (Port./Inglês)
	Bacharelado em Engenharia de Produção		
Cursos Superiores de Pós-Graduação	Especialização em Gestão de Projetos		Especialização em Humanidades – Educação, Política e Sociedade

As atividades letivas do câmpus começaram no 2º semestre de 2016, por meio de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) oferecidos à comunidade interna e externa. Os cursos regulares de nível técnico em Logística e Redes de Computadores integrados ao Ensino Médio e o curso técnico concomitante/subsequente em Administração iniciaram-se no 1º semestre de 2017.

Posteriormente, iniciaram-se os cursos superiores de Tecnologia em Gestão Pública e Licenciatura em Letras, no 2º semestre de 2017, o curso superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, no 1º semestre de 2018 e o curso de pós-graduação Especialização em Humanidades - Educação, Política e Sociedade, no 2º semestre de 2018. No 1º semestre de 2019 foi iniciado o curso superior de Bacharelado em Engenharia de Produção.

O Câmpus Pirituba almeja converter-se em referência na macrorregião, como um espaço público de difusão de conhecimento, ofertando qualificação profissional gratuita e de qualidade à população. Nesse sentido, prevê a organização de novos cursos, cristalizando a atuação do IFSP como polo de formação em múltiplos níveis de ensino. Contudo, cabe ressaltar que a presença do IFSP em Pirituba já vem permitindo a ampliação das opções de qualificação profissional, formação técnica e tecnológica, aprofundamento acadêmico e cultural.

3.2. Infraestrutura física e instalações acadêmicas

O Câmpus São Paulo Pirituba está situado num terreno de área total de 53.157,90 m², conforme alteração do art. 2º da Lei 15.686/2013, realizada através da Lei 16.611/2017. Desta área, onde convivem servidores, funcionários terceirizados, alunos e comunidade em geral, 5.203,91 m² são de área construída computável.

A infraestrutura física do Câmpus compreende 5 blocos, os quais dispõem de salas de aula, laboratórios, biblioteca, auditório e salas administrativas. Além de área de convivência, cantina, cozinha, ginásio poliesportivo, estacionamento, banheiros, entre outros ambientes. Os espaços são adaptados e permitem o acesso de indivíduos com dificuldade de mobilidade. As instalações prediais apresentam-se em bom estado de conservação, sendo adequadas para o desenvolvimento de atividades acadêmicas. Os blocos que constituem a edificação do Câmpus podem ser visualizados na Figura 3.1.

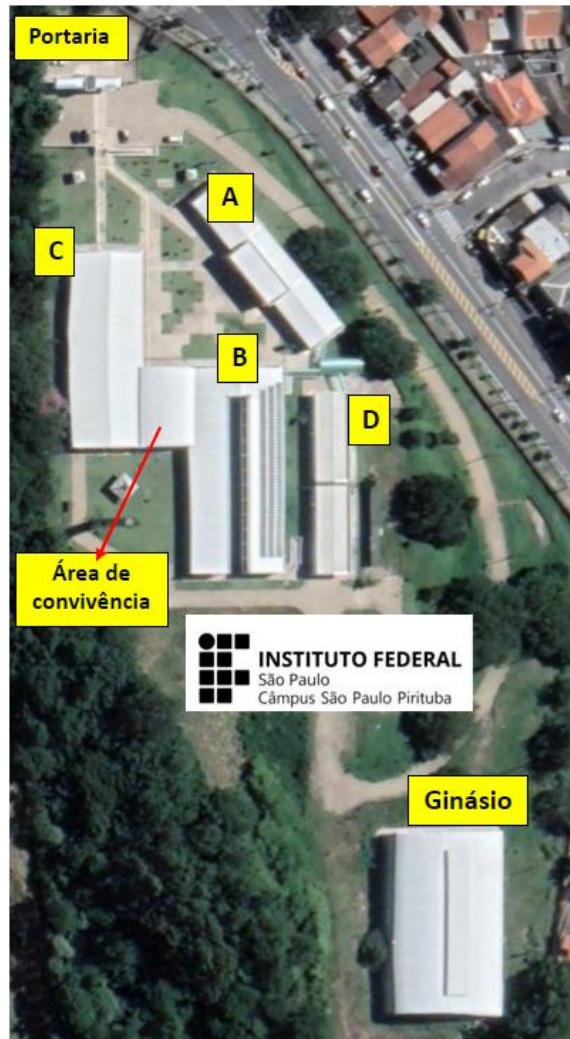


Figura 3.1 O Câmpus São Paulo Pirituba do IFSP - Imagem de satélite editada (Google Earth, disponível em: <https://www.google.com.br/intl/pt-BR/earth/>)

A divisão dos espaços de acordo com os blocos e o detalhamento dos recursos são apresentados na tabela e nas alíneas a seguir.

Tabela 3.1. Detalhamento da infraestrutura física de acordo com os blocos da edificação

Bloco A	<ul style="list-style-type: none">• Sala de professores;• Sala de coordenação de cursos de graduação;• Sala de coordenação de cursos de nível médio e pós-graduação;• Sala da Coordenadoria de Pesquisa e Inovação;• Sala da Coordenadoria de Extensão;• Sala da Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Centro de Processamento de Dados;• Sala de Secretaria Acadêmica;• Sala de Atendimento ao Aluno• Sala da Coordenadoria Sócio Pedagógica• Sala da Direção Adjunta Educacional;• Sala da Direção Adjunta de Administração e Coordenadoria de Apoio à Direção;• Sala da Direção-Geral;• Salas administrativas das Coordenadorias de Gestão de Pessoas, Almoarifado, Manutenção e Patrimônio, Licitações e Contratos e Contabilidade e Finanças;• Sala de Reuniões.
---------	--

<p>Bloco B</p>	<ul style="list-style-type: none"> • 11 salas de aula de 57,4 m², climatizadas, dotadas de projetor multimídia instalado no teto, tela de projeção, iluminação e mobiliário adequados e em quantidade compatível; • 1 sala de aula para o ensino de Artes e disciplinas de Desenho, climatizada, dotada de projetor multimídia instalado no teto, tela de projeção, iluminação e mobiliário adequados e em quantidade compatível; • Sala da Coordenadoria Apoio ao Ensino; • Sala de armazenamento e distribuição de gêneros alimentícios não perecíveis aos estudantes da educação básica; • Sala do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – NAPNE.
<p>Bloco C</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Auditório de 116,2m², com capacidade de até 100 pessoas • Biblioteca de 116,2m², • 4 laboratórios de informática, climatizadas, dotadas de projetor multimídia instalado no teto, iluminação e mobiliário adequados e em quantidade compatível; • Laboratório de Química e Biologia, de 27,15 m², climatizada, dotada de equipamentos, iluminação e mobiliário adequados; • Sala para técnicos de laboratório de informática; • Cozinha de apoio para estudantes, com micro-ondas, forno, geladeiras, pia, armários e prateleiras; • Cozinha para servidores; • Cantina de atendimento ao público; • 4 banheiros - femininos e masculinos - sendo 2 deles adaptados à PCD; • 2 vestiários para funcionários terceirizados; • Sala de representação estudantil.

Bloco D	<ul style="list-style-type: none"> • 5 Salas de aula de 59,4 m², dotadas de iluminação e mobiliário adequados e em quantidade compatível; • 1 Laboratório multiuso para Física, Eletrotécnica, Materiais e outros, dotado de equipamentos, e mobiliário adequado e em quantidade compatível.
Ginásio Poliesportivo	<ul style="list-style-type: none"> • Sala de depósito de material esportivo; • Sala de uso discente, climatizada, dotada de computadores e mobiliário adequado e em quantidade compatível; • Laboratório de Fabricação – FABLAB, climatizado, dispendo de equipamentos e mobiliários adequados; • 2 vestiários – Feminino e masculino; • 1 banheiro adaptado à PCD; • Mezanino.
Outros	<ul style="list-style-type: none"> • Área de convivência interna, dispendo de mobiliário para refeição, totalizando 170 lugares; • Ambientes externos de convivência

a) Biblioteca

A Biblioteca intitulada “Carolina Maria de Jesus” do Câmpus São Paulo Pirituba é Integrada a Rede de Bibliotecas do Instituto Federal de São Paulo (IFSP) (formada por 35 bibliotecas) e objetiva difundir a informação, democratizar o conhecimento e apoiar as atividades acadêmicas. Subordinada diretamente à Diretoria Adjunta Educacional (DAE) do IFSP-PTB, a Biblioteca “Carolina Maria de Jesus” apresenta como principais atribuições:

- 1) gerenciar todo processo de aquisição de material bibliográfico;
- 2) auxiliar as coordenadorias de cursos na seleção de bibliografias;
- 3) desenvolver projetos básicos para aquisição de material de consumo e permanente específicos para o setor e,
- 4) promover produtos e serviços informacionais para comunidade.

O espaço físico da Biblioteca compõe uma área de 116,2 m² e dispõe das seguintes áreas: ambiente de atendimento e processamento técnico e serviços administrativos, acervo bibliográfico, área de estudo coletivo e área com computadores conectados à

internet. Acrescentamos que os serviços técnicos e de circulação da biblioteca estão informatizados com acesso *online* via a rede mundial de computadores (Internet).

Abaixo listamos os serviços disponíveis na Biblioteca:

- Atendimento ao usuário;
- Orientação à pesquisa bibliográfica;
- Disseminação da informação;
- Serviço de sinalização;
- Acesso público à Internet;
- Capacitação de usuários;
- Visita orientada;
- Orientação sobre normalização de trabalhos científicos;
- Catalogação na publicação;
- Circulação de materiais;
- Empréstimo Entre Bibliotecas e,
- Registro da Produção Acadêmica.

Temos o propósito de oferecer a toda comunidade acesso às informações fundamentais que permitam o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Para isso, buscamos garantir a circulação e o acesso aos acervos físicos e digitais, atentando para a preservação e conservação das coleções para às futuras gerações.



Figura 3.2. Biblioteca Carolina Maria de Jesus, do Câmpus São Paulo Pirituba do IFSP

b) Auditório

O auditório está instalado numa área de 116,2 m² e dispõe de até 90 lugares, sendo utilizado para reuniões e eventos internos e externos. O ambiente é climatizado e possui divisória móvel articulada, que permite a divisão do espaço em dois ambientes menores, conforme pode ser visualizado nas figuras 3.3.

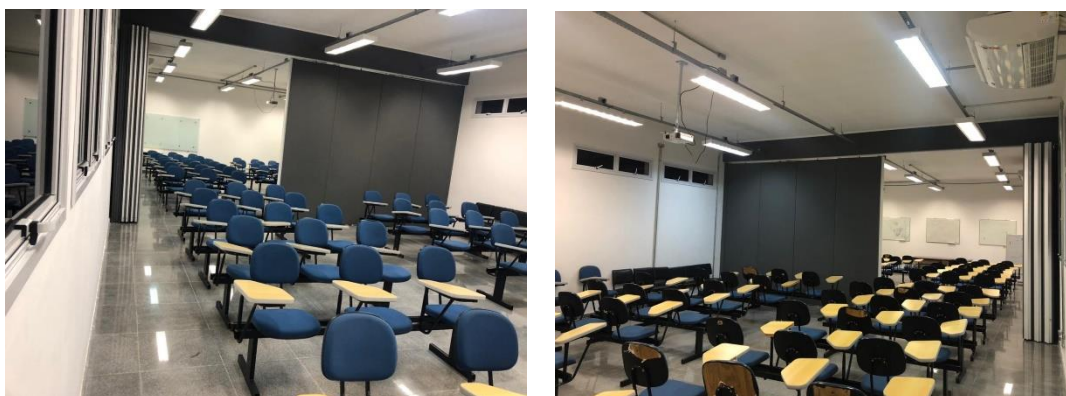


Figura 3.3. Auditório do Câmpus São Paulo Pirituba

c) Salas de aula, laboratórios e materiais de apoio ao ensino

A partir da construção de um novo bloco (D) com 6 novos ambientes no ano de 2020, o câmpus integralizou a quantidade de 17 salas de aula, dispostas no bloco B e D. Todas as salas possuem iluminação e mobiliário adequado para comportar até 43 alunos cada, sendo uma delas adaptada para o ensino de Artes e Desenho, configurada em bancadas.

As 12 salas do bloco B possuem 57,4 m² cada, são climatizadas, possuem projetor multimídia instalado no teto, tela de projeção retrátil instalada, lousa de vidro ou verde quadriculada, além de computador de apoio ao docente. As 5 salas de aula do bloco D possuem 59,4 m² cada, com lousas de vidro, tela de projeção retrátil e projetores multimídia. Sendo ainda necessária a instalação dos projetores no teto e aquisição de no mínimo 2 projetores adicionais para viabilizar o uso simultâneo de todos os espaços.

Além dos projetores instalados nas salas, existem projetores multimídia disponíveis para retirada e empréstimo, além de 3 computadores interativos (com projetores integrados) e 35 tablets, conforme a Tabela 3.

Tabela 3.2. Detalhamento da infraestrutura física de acordo com os blocos da edificação

Equipamento	Descrição	Quantidade
Tablets	Tablet Positivo YPY AB10E - MEC/FNDE	35
Lousa Digital	Computador interativo com projetor e lousa digital	3
Projetor multimídia	Potência da lâmpada: 150W, voltagem: 110/240V	15

d) Laboratórios de Informática e Redes

O campus está equipado com 4 laboratórios de informática (C13, C14, C15 e C16) sendo um deles destinado para o estudo de redes (C14). Os laboratórios são climatizados, dispõem de projetor multimídia instalado no teto, lousa de vidro, um computador para uso docente, além de mobiliário adequado. Os laboratórios C15 e C16 atualmente com 30 máquinas instaladas o C14, 16 e o C13, 10, sendo necessária a complementação.

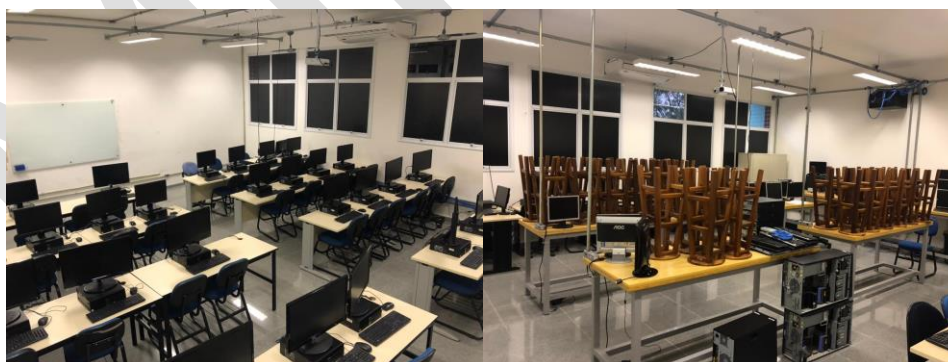


Figura 3.4. Laboratórios de informática e redes

e) Laboratório de Ciências: Química/Biologia

O câmpus dispõe de um laboratório de 27,15 m² destinado para a prática experimental de Química e Biologia, sala C06, no bloco C (Figura 3.4) O espaço é climatizado, possui bancadas, pias, chuveiro lava olhos para segurança, reagentes químicos e equipamentos diversos. Conforme tabela 3.4, a seguir:



Figura 3.5. Laboratório de Ciências – Química e Biologia

Tabela 3.4. - Equipamentos e acessórios do laboratório de Ciências: Química/Biologia

Item	Quantidade
Microscópio estereoscópio, tipo trinocular	4
Microscópio óptico binocular 1600x	4
Capela de exaustão de gases - fibra de vidro - vazão até 250 m ³ /h	1
Chuveiro lava-olhos de emergência em ferro galvanizado com pintura epóxi. Acionamento manual através de haste triangular	1
Estufa de secagem e esterilização 100l - modelo 80/100	1
Barrilete de pvc 50l - mod luca-200/50	1
Balança analítica - m254 ai - 250g x 0,0001g	1

Balança centesimal (0,01g) capacidade 32000g basic	1
Medidor de acidez de bancada	1
Destilador de água, capacidade 5 l/h	1
Barrilete graduado, 50 L com tampa e torneira	1
Agitador magnético, ajuste manual, com aquecimento	1
Estufa 100 L, ajuste digital, até 200 °C	1
Balança analítica digital, 2000 g com precisão 0,001	1
Bandeja Metálica	20
Tesoura Aço Inoxidável 12cm ponta reta romba	20
Cabo de Bisturi Aço Inoxidável nº3	20
Pinça Aço Inoxidável	20
Óculos de Proteção de Policarbonato	20
Lâmina de vidro para microscopia 25mmx75mm borda lisa	1000
Lamínula de vidro para microscopia 25mmx50mm	2000
Lâmina bisturi nº 22 descartável aço inoxidável caixa com 100	4
Luva látex grande com pó absorvível descartável caixa com 100 unidades	20
Luva látex média com pó absorvível descartável caixa com 100 unidades	20
Luva látex pequena com pó absorvível descartável caixa com 100 unidades	20
Suporte universal de laboratório	15
Garra 2 dedos com mufa	20
Estante para tubo de ensaio de até 20 mm	10
Bico de Bünsen, com registro, 15 cm	10
Cabo de Kolle em alumínio	10
Pinça de madeira para tubo de ensaio	10
Tripé metálico 20 cm	10
Tela laboratório com disco central em amianto, 20 x 20 cm	10
Erlenmeyer de vidro 250 mL	20
Erlenmeyer de vidro 125 ml	20

Pipeta de vidro graduada 10 ml	10
Pipeta de vidro graduada 50 ml	5
Balão volumétrico em vidro 250 ml com rolha de plástico	5
Balão volumétrico em vidro 100 ml com rolha de plástico	5
Balão volumétrico em vidro 50 ml com rolha de plástico	5
Pipetador de borracha, tipo pera com 3 vias, até 50 ml	15
Frasco tipo almotolia (PISSETA) 500 ml, em polietileno, bico curvo	20
Proveta de 25 ml, em vidro, base em vidro	8
Proveta de 100 ml, em vidro, base em vidro	8
Proveta de 500 ml, em vidro, base em plástico	8
Proveta de 1000 ml, em polipropileno	5
Funil analítico, em vidro, 125 ml, liso, haste curta	8
Anel de ferro, 50 mm, com mufa	8
Dessecador de vidro, diâmetro 25 cm, tipo tampa de vidro	1
Sílica gel azul, granulada, indicador de humidade	2
Termômetro, tipo analógico, faixa temperatura -10 a 360	2
Funil de Buchner, porcelana, aproximadamente de 200 ml	2
Kitassado de vidro, 500 ml	5
Alonga de borracha, 50 mm	5
Barra magnética cilíndrica, revestida PTFE, 5x30 mm	10
Cadinho em porcelana, 50 ml, forma média	5
Gral de porcelana, 100 ml, com pistilo de porcelana	5
Sulfato de cobre II pentahidratado P.A.	3
Sulfato de zinco heptahidratado, pureza mínima 99,5%	2
Cloreto de cálcio dihidratado, PA	1
Cloreto de bário anidro, pureza mínima 99%	1
Cloreto de sódio, pureza mínima 99,5%	1
Cloreto de potássio, pureza mínima 99%	1
Cloreto de lítio, PA	1

Ácido clorídrico, teor mínimo 37%, PA	3
Hidróxido de sódio, mínimo 98%, PA	2
Fenolftaleína, reagente ACS	1
Barra de grafite para fim de eletrodo	15
Bureta 25 ml com torneira de teflon	8

f) Laboratório Multiuso para Física, Eletrotécnica, Metrologia e Materiais

O Câmpus possui um laboratório para o ensino da prática experimental de componentes curriculares relacionadas à Física, Eletrotécnica, Metrologia, Materiais, entre outros, no qual é possível a montagem de diversos tipos de experimentos. O laboratório está situado na sala D03, no bloco D (Figura 3.5). Os equipamentos já adquiridos, estão em processo final de instalação e colocação no ambiente, podendo ser visualizados na tabela 3.6.



Figura 3.6. Laboratório Multiuso para Física, Eletrotécnica, Metrologia e Materiais

Tabela 3.5. Equipamentos e acessórios disponíveis para o laboratório Multiuso para Física, Eletrotécnica, Metrologia e Materiais

Área	Item	Quantidade
Física	Conjunto de Eletrostática	4
	Cuba de ondas para retroprojctor com <i>estrobflash</i>	1
	Conjunto de Magnetismo e Eletromagnetismo	3
	Anel saltante ou de Thomson	1
	Conjunto para estudo da dinâmica das Rotações e momento angular	1
	Gerador de onda estacionária com medidor de frequência	2
	Conjunto de plano inclinado	3
	Conjunto de propagação de calor	3
	Conjunto de calorimetria e termometria	3
	Conjunto de diapasões	1
	Conjunto de eletricidade	3
	Conjunto de hidrostática	3
	Trilho de ar linear com cronômetro	1
	Conjunto para queda livre com sensores e cronômetro digital	3
	Conjunto para estudo de mecânica contendo rampa para lançamentos.	4
Fonte de alimentação de bancada	3	
Materiais	Máquina Universal de Ensaio Mecânicos, 100kn, com Acessórios	1
Eletrotécnica e Eletricidade aplicada	Multímetro Digital: CAT IV 600V; IP65	2
	Multímetro Digital: CAT III 600V	6
	Fonte de Alimentação Digital 30V/5A Dupla-5V/3A Fixa	6
	Multímetro de Bancada	4
	Osciloscópio 2 canais 50 MHz	4

	Gerador de Funções 2MHz	4
	Kit Didático Comandos Elétricos	2
	Kit Didático Instalações Elétricas (Com dois lados de utilização)	4
Metrologia	Paquímetro Digital	5
	Paquímetro Universal Analógico. Res. 0,02mm	20
	Paquímetro Universal Analógico. Res. 0,05mm	5
	Micrômetro Externo Analógico. Res. 0,01mm	20
	Micrômetro Externo Analógico. Res. 0,001mm	2
	Relógio Comparador Analógico	5
	Relógio Apalpador	5
	Suporte Magnético para Relógio Comparador	10
	Rugosímetro Digital Portátil	1
	Jogo de Blocos Padrão	1

g) Laboratório de Fabricação - FabLab

O câmpus dispõe de um laboratório para fabricação e prototipagem de peças, do tipo FABLAB. A proposta do espaço *maker* envolve a utilização dos equipamentos para além dos cursos do câmpus, englobando também a comunidade externa. O ambiente é climatizado e totaliza área de 15 m², localizado no Ginásio, sala G07 (Figura 3.6). O laboratório é composto por:

- 01 Impressora 3D,
- 01 Máquina de Corte e Gravação a Laser - 100w - Modelo 9060/100 e
- 01 Fresadora Universal Industrial CNC Router 1000x800 Icv Precision Tech.



Figura 3.7. Laboratório de fabricação e prototipagem – FABLAB.

h) Área de convivência coberta, cantina, copa, pátio e área externa

No espaço de convivência coberta, numa de área total de 229,3 m², foi montada uma infraestrutura de apoio à alimentação, utilizada tanto para o consumo das refeições ofertadas pelo câmpus aos estudantes da educação básica, quanto para o consumo dos gêneros alimentícios comercializados na cantina e uso geral. O espaço também é utilizado para socialização, recreação e convívio.

Para alimentação, nesta área são disponibilizados 170 lugares, dispostos em 16 mesas com 8 bancos acoplados, 6 mesas com 6 bancos acoplados e 1 mesa com 6 cadeiras, conforme imagem 3.8.

Além deste espaço, há uma cozinha disponível para os estudantes, com 8 aparelhos micro-ondas, 1 forno, 2 refrigeradores, 1 armário, 1 estante vertical, prateleiras afixadas, pia, talheres e acessórios, conforme imagem 3.9.

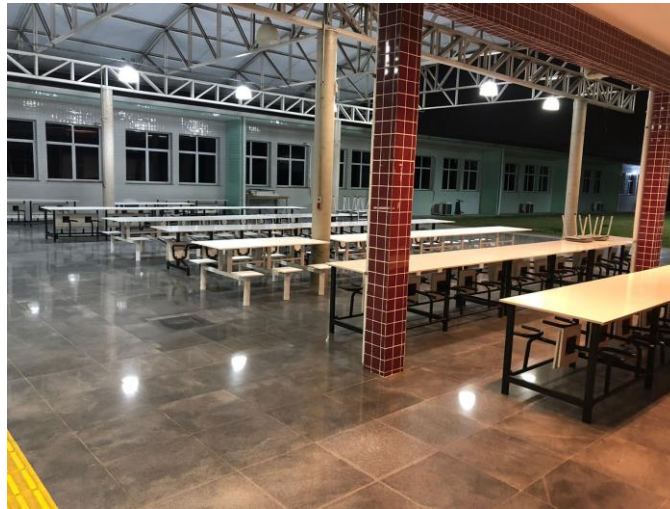


Figura 3.8. Área de convivência – Mesas para refeição



Figura 3.9. Cozinha para os estudantes

Para socialização, descanso e realização de atividades, 30 bancos em ripas de madeira encontram-se dispostos no pátio, no jardim e na área externa para utilização dos estudantes, além de algumas mesas para estudo. Para o mesmo propósito, há também três tendas dispostas no jardim, sendo duas de 3x3 m² e uma de 6x6m² (Figura 3.10)



Figura 3.10. Áreas externas de convivência

i) Ginásio Poliesportivo

O ginásio poliesportivo coberto permite a realização de atividades físicas aos estudantes dos cursos regulares de diferentes níveis educacionais e faixas etárias, contemplando também os cursos de Formação Continuada. Para além da prática de componentes curriculares, o espaço também é utilizado pela Atlética estudantil do câmpus. Sendo ainda, disponibilizado para a comunidade externa, de acordo com a viabilidade de horários.

O ginásio possui dois vestiários, e um banheiro adaptado ao PCD, além de sala para uso discente, sala de armazenamento de materiais esportivos, e a sala do Fablab, mencionada em alínea anterior. O ambiente conta também com um mezanino.

Para a realização de atividades esportivas, o ginásio está equipado com traves, rede de vôlei, tabelas de basquetebol hidráulica profissional modelo NBA, barras de alongamento, banco sueco, bolas, bambolês, rede de tchoukball, colchonetes, tatames para luta, entre outros, conforme pode ser visualizado na figura 3.11.

O espaço também dispõe de arquibancada e apresenta rede de proteção em toda a extensão da quadra. Para a prática esportiva e entretenimento discente, o câmpus tem uma mesa de ping-pong, situada no Bloco C.

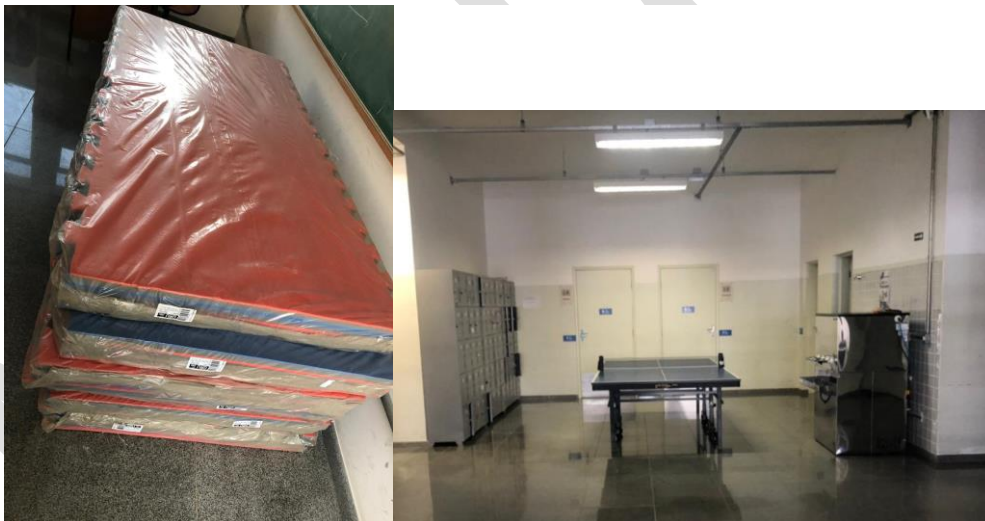


Figura 3.11. Ginásio Poliesportivo e mesa de ping -pong

j) Salas administrativas

No Bloco A do câmpus estão localizadas a Sala de Professores, as Salas de Coordenação de Cursos, as Salas de Coordenadoria de Pesquisa e Inovação,

Coordenadoria de Extensão, Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Centro de Processamento de Dados, Sala de Secretaria Acadêmica, Sala de Atendimento ao Aluno, Sala da Coordenadoria Sócio Pedagógica, Sala da Direção Adjunta Educacional, Sala da Direção Adjunta de Administração e Coordenadoria de Apoio à Direção, Sala da Direção-Geral com banheiro. Além das salas administrativas das Coordenadorias de Gestão de Pessoas, Almoxarifado, Manutenção e Patrimônio, Licitações e Contratos e Contabilidade e Finanças.

O bloco dispõe ainda de sala de Reuniões, quatro banheiros, sendo um localizado na sala de direção e três de livre acesso, dos quais um é adaptado ao PCD.





Figura 3.12. Alguns ambientes no bloco A

k) Estacionamento

O Câmpus São Paulo Pirituba possui três áreas principais para estacionamento de veículos, todas descobertas:

- Estacionamento na parte externa (em frente à portaria, lado externo), com aproximadamente 20 vagas. Ainda não há sinalizações nem demarcações para facilitar as manobras e organização das vagas. Esse espaço é destinado ao uso para discentes e visitantes em geral (Figura 3).
- Estacionamento na parte frontal interna (em frente à portaria, lado interno), também com aproximadamente 20 vagas, sem sinalizações e demarcações. Utilizado também para guarda de dois veículos oficiais do câmpus.
- Estacionamento principal (área interna, entre o ginásio e os blocos D, B e C), com aproximadamente 100 vagas, também sem sinalizações e demarcações, exceto pela sinalização de duas vagas para Pessoas com Deficiência – PCD e Idosos. Esse estacionamento é liberado somente para servidores e alunos na condição de PCD.



Figura 3.13. Estacionamento próximo à portaria

I) Acessibilidade

O câmpus apresenta infraestrutura acessível a pessoas com deficiência física, em geral. Os ambientes têm sido adaptados de modo a eliminar barreiras arquitetônicas, conforme Plano de Acessibilidade. Há piso tátil na extensão externa e interna conduzindo aos principais ambientes, mas não a todos. Todos os prédios possuem banheiros adaptados. Há identificações táteis em todos os corrimãos do câmpus. Todos os blocos possuem rampas de acesso. Existem acessórios e mobiliários adaptados aos alunos portadores de necessidades específicas, embora ainda haja necessidade de ampliação do quantitativo. A figura 3.13 exibe um compilado com alguns itens de promoção de acessibilidade.

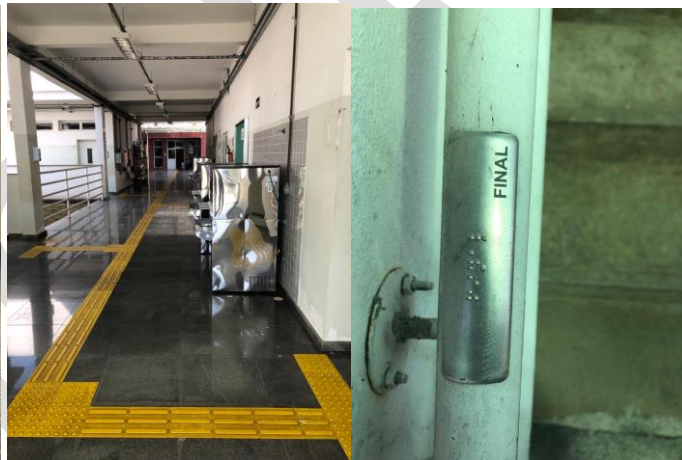
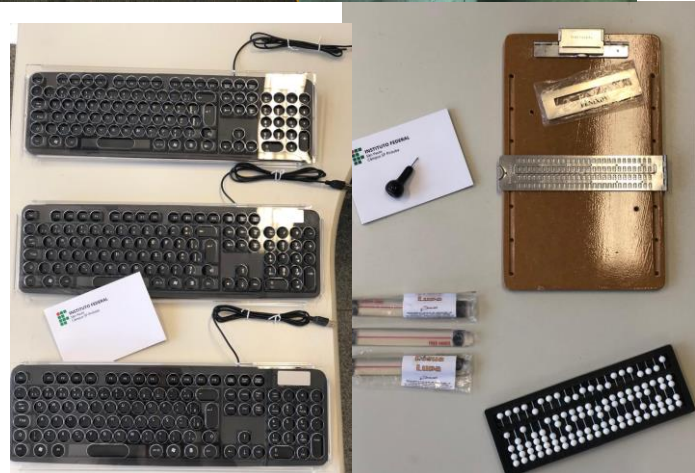


Figura 3.14. Alguns itens para promoção de acessibilidade.



3.3. Recursos humanos

Os servidores lotados no Câmpus Pirituba, compõem os recursos humanos, pertencentes às carreiras docente (Professores do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico - EBTT) e técnico-administrativo em educação (TAE). A portaria MEC N° 246/2016 dispõe sobre a criação do modelo de dimensionamento de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas do Instituto Federal. Para um câmpus pleno na configuração 70/45, tem-se a distribuição de cargos a seguir.

Tabela 3.6. Distribuição de cargos conforme Portaria MEC N° 246/2016

Tipologia	TAE C	TAE D	TAE E	EBTT	CD2	CD4	FG1	FG2
IF Câmpus - 70/45	8	22	15	70	1	2	4	8

Com base na nesta portaria, a Resolução IFSP 26/2016 estabelece o regimento dos Câmpus do IFSP, e apresenta o organograma a seguir para a distribuição de cargos nos Câmpus:

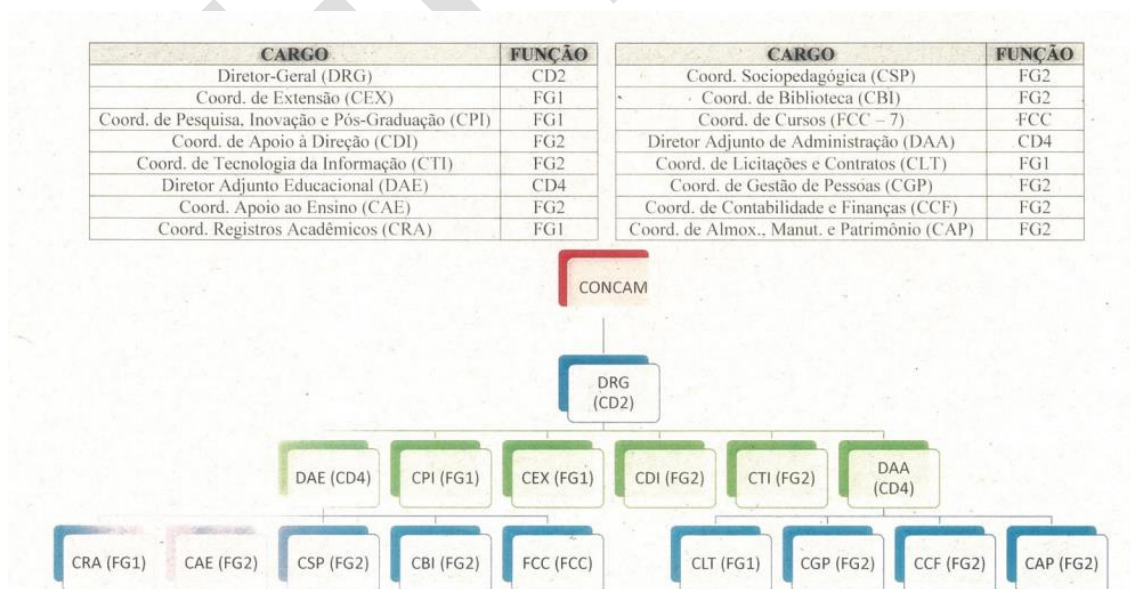


Figura 3.15. Organograma dos Câmpus do IFSP – Resolução 26/2016

Atualmente, o São Paulo Pirituba conta com 71 servidores docentes efetivos, 9 docentes substitutos e 40 servidores técnicos-administrativos. Há também a colaboração de uma servidora de carreira TAE, Contadora, em desenvolvimento de projeto institucional no câmpus.

4. Pressupostos Político-Pedagógicos do Câmpus

Apesar do presente texto ter como prerrogativa a descrição dos pressupostos político-pedagógicos do câmpus, optamos, nesta primeira versão, de não atribuir condicionantes de direcionamento político-pedagógicos para além dos apresentados nos documentos que regem nossa instituição, da Constituição Federal às normativas institucionais.

Desse modo, categorizamos os eixos balizadores e reguladores do nosso trabalho a partir da legislação. Inserimos, no Capítulo 7 – A escola que queremos: Diagnósticos, Metas e Ações, com projeções de atuação para os próximos anos.

4.1. Ética, cidadania, inclusão social, criticidade

Os princípios de ética, cidadania, inclusão social e criticidade estão presentes nas legislações que regem o ensino desenvolvido nos Institutos Federais.

A Constituição Federal (BRASIL,1988) em seu artigo 205 estabelece que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” Na carta magna também está assegurado, no artigo 206, inciso I, “a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” e no artigo 208, inciso VII, “o atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde”, o que busca amenizar os impactos da desigualdade social brasileira na educação.

A Lei 9.394/96 (BRASIL, 1996), que estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional, principalmente no que se refere a seu artigo 2º e 22, corrobora com os princípios

estabelecidos pela Constituição quanto ao exercício da cidadania. Essa lei também explicita em seu artigo 35, inciso III, como finalidade da Educação no Ensino Médio “o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico”. Assim, percebe-se que a cidadania, nos marcos legais para o Ensino Médio, está atrelada a uma concepção de Educação que enseja o pensamento reflexivo, ético e crítico, bem como a autonomia intelectual.

A Lei 11.892/08 (BRASIL, 2008) que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Em seu artigo 6º estabelece as finalidades dos Institutos Federais, inciso V, coloca como um dos objetivos dos institutos “constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica.” De tal forma que, o desenvolvimento do pensamento crítico constitui-se como um dos objetivos dos Institutos Federais e é considerado nos marcos legais como atrelado ao desenvolvimento do ensino de ciências e ciências aplicadas.

Cabe ainda citar que de acordo com a Lei nº 12.711/2012, serão reservadas, para os cursos de nível técnico, no mínimo, 50% das vagas aos candidatos que cursaram integralmente o Ensino Fundamental em escola pública. Para os cursos de nível superior de graduação, metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar bruta igual ou inferior a um salário-mínimo e meio per capita e metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar superior a um salário-mínimo e meio. Em ambos os casos, também será levado em conta percentual mínimo correspondente ao da soma de pretos, pardos e indígenas no estado, de acordo com o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o Estado de São Paulo.

4.2. Gestão democrática

De acordo com o Artigo 206 da Constituição Federal (BRASIL, 1988), um dos princípios que regem o ensino público é o da gestão democrática base em que se sustentam diversos processos. Dentre esses: a seleção de professores (via concursos públicos, processos seletivos e contratos, todos com suas publicações em diários oficiais); a admissão de estudantes (via edital de abertura de inscrições, processos seletivos,

vestibulares, etc.); a nomeação para cargos de gestão (via eleição, concursos ou nomeação por ocupantes eleitos de cargos superiores hierarquicamente) e os conselhos consultivos e deliberativos (com a participação de representantes da comunidade, pais e responsáveis e estudantes).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (BRASIL, 1996) reforça o princípio acima e define fatores, em seu Artigo 14, cita que os sistemas de ensino de educação básica (estaduais, municipais, privados...) atuarão como responsáveis normativos e/ou executores, de acordo com as suas peculiaridades. O documento menciona a importância da garantia dos princípios de participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola, assim como, a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. No que diz respeito à educação superior, há ainda a necessidade de existência de órgãos colegiados deliberativos, representando os segmentos da comunidade institucional, local e regional em que os docentes ocupam setenta por cento dos assentos em cada órgão colegiado e comissão, inclusive nos que tratarem da elaboração e modificações estatutárias e regimentais, bem como da escolha de dirigentes (Artigo 56).

O Plano Nacional da Educação - PNE (BRASIL, 2014) tem como uma de suas diretrizes a promoção dos princípios acima mencionados (Artigo 2º). Para tanto, define que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão aprovar leis específicas para os seus sistemas de ensino, disciplinando a gestão democrática da educação pública nos respectivos âmbitos de atuação, no prazo de 2 (dois) anos contado da publicação da Lei, adequando, quando for o caso, a legislação local já adotada com essa finalidade.

Desse modo, o PNE estipula duas metas relacionadas ao assunto. Uma delas é a meta 7, em que se prevê fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem. Esta meta induz ao processo contínuo de autoavaliação das escolas de educação básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos (as) profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática e apoiando técnica e financeiramente a gestão escolar mediante transferência direta de recursos financeiros à escola, garantindo a participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos, visando à ampliação da transparência e ao efetivo desenvolvimento da gestão democrática.

A outra é a meta 19, onde se encontra a questão de assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União.

No que se refere aos Institutos Federais – IF, o documento que estabelece sua concepção e suas diretrizes (MEC, 2010), na seção referente à autonomia dos Institutos, aponta que:

“Se for defensável que as políticas para a educação profissional e tecnológica devem ter como preceitos os interesses da sociedade e se for defensável também que é função precípua dos Institutos Federais atuar a favor dos arranjos produtivos, sociais e culturais dos Institutos Federais, ressalta-se que esses Institutos são concebidos como instituições de natureza jurídica de autarquia, detentoras da autonomia administrativa, patrimonial, locais, qualquer que seja a esfera delimitada para atuação dos Institutos Federais, a relação dialógica e democrática de seu fazer pedagógico possibilitará ganhos sociais expressivos e a superação de contradições existentes” (p. 35).

O IFSP, em suas resoluções 871/2013 (a qual aprova o Regimento geral do IFSP) e 26/2016 (que aprova o Regimento dos câmpus), discrimina a estrutura de seus órgãos, entre conselhos, colegiados, núcleos e comissões, que organizam e regulamentam a gestão democrática de cada setor e/ou câmpus. Como exemplo, é possível citar, entre outros: i. o Conselho Superior – CONSUP, órgão máximo deliberativo da instituição; ii. o Conselho de Câmpus – CONCAM, órgão máximo deliberativo local; iii. os colegiados de cursos superiores, órgãos máximos deliberativos dos cursos; iv. os Conselhos de Ensino (CONEN), de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação (CONPIP) e de Extensão (CONEX), órgãos consultivos, normativos e propositivos, de assessoramento aos demais órgãos.

4.3. Ensino: processos, metodologia e avaliação

O ensino no IFSP possui como alvo a educação básica, profissional e tecnológica e a educação superior, nas mais diversas modalidades. Abrange cursos e programas de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional; cursos técnicos de nível médio integrados ao Ensino Médio; cursos técnicos de nível médio na forma integrada na

modalidade EJA e cursos técnicos de nível médio subsequente ou concomitante; cursos superiores de graduação tecnológica, de licenciatura, de bacharelado e de pós-graduação.

De acordo com a Lei 11.741/2008, a educação profissional técnica de nível médio deve ser desenvolvida de forma articulada com o ensino médio de forma subsequente: o ensino médio de forma subsequente objetiva ofertar cursos destinados a tanto quem já tenha concluído essa etapa, quanto para aqueles que estejam cursando a partir da 2ª série. Já o ensino médio de forma integrada é ofertado somente aos alunos egressos do ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, efetuando-se matrícula única para cada aluno.

A educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, PROEJA, é uma modalidade de ensino que se destina a oferecer oportunidade de estudos para aquelas pessoas que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou médio na idade regular. Considerando as condições de vida e de trabalho desses jovens e adultos, na rede federal de educação profissional, surge a possibilidade de superação, inserção e reintegração desses, por vezes trabalhadores, no ambiente escolar.

O ensino superior de graduação tecnológica é ofertado na modalidade presencial ao estudante conclui o Ensino Médio ou equivalente e é aprovado em Enem/Sisu, conforme critérios estabelecidos pela Instituição.

As atividades pedagógicas são organizadas em torno de áreas do conhecimento e projetos interdisciplinares. São utilizadas diversas técnicas, desde as mais tradicionais, conceituais até as mais interacionais, procedimentais, entre as quais se pode citar:

- a) Aulas expositivas;
- b) Trabalhos de pesquisa individuais ou em grupo;
- c) Dramatizações (apresentações);
- d) Apresentações de canto e dança;
- e) Exposições de maquetes e trabalhos produzidos pelos alunos;
- f) Excursões culturais, como visitas a museus, cinema, parques ecológicos, cidades e pontos históricos etc.;
- g) Pesquisas de campo (ao ar livre, simulado de laboratório, observação e experimentação etc.);
- h) Confecção de trabalhos manuais para exposição e criação de murais educativos;

i) Uso do Laboratório de Informática para atividades pedagógicas orientadas e pesquisa e,

j) Atividades esportivas.

O desempenho dos alunos no processo de ensino-aprendizagem se pauta na avaliação contínua e globalizada da competência e dos conhecimentos específicos em cada área do saber. Desta maneira, a avaliação se faz através de atividades de classe e extraclasse, incluídos os procedimentos próprios de recuperação contínua e paralela.

Sobre a avaliação, temos a seguinte premissa oficial:

Art. 113. As avaliações serão obtidas mediante a utilização de instrumentos diversificados, tais como: exercícios; trabalhos individuais e/ou coletivos; fichas de observações; relatórios; autoavaliação; provas escritas; provas práticas; provas orais; seminários; projetos interdisciplinares e outros (IFSP, 2018).

O docente deverá registrar, bimestralmente, no diário de classe, no mínimo, dois instrumentos diferentes de avaliação. Considera-se aprovado o estudante que obtenha nota final igual ou superior a 6,0 (seis), e frequência de 75% (setenta e cinco por cento) no componente curricular, e se necessário, após reavaliação. Todo aluno que não alcançar a nota mínima exigida possui o direito de recuperação. A recuperação deverá ser oferecida, na educação básica, nos casos de baixo rendimento escolar, em atendimento aos artigos 13, incisos III e IV e ao artigo nº 24, inciso V, alínea “e”, da Lei Federal de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 com previsão de: I. Recuperação contínua; II. Recuperação paralela.

§ 1º. A Recuperação Contínua será realizada no decorrer de todo o período letivo, com base nos resultados obtidos pelos estudantes ao longo do processo de ensino e de aprendizagem.

I. Está inserida no trabalho pedagógico realizado no dia a dia da sala de aula [...], constituindo-se por intervenções imediatas, dirigidas às dificuldades específicas, assim que estas forem constatadas; [...]

§ 2º. A Recuperação Paralela será oferecida a partir da identificação das dificuldades dos estudantes no decorrer do período letivo.

I. As atividades [...] serão previstas em um plano elaborado pelo docente responsável pelo componente curricular ou pelo grupo de docentes de um determinado curso [...];

II. A Recuperação Paralela se dará em horário que privilegie o atendimento ao estudante e que não coincida com as aulas regulares; [...]

IV. Observado o progresso do estudante em comparação a situação anterior, os registros de nota deverão ser revistos (IFSP, 2018, Art. 41).

Pautamos sempre pela possibilidade de aperfeiçoamento do processo de ensino-aprendizagem. A avaliação de aproveitamento dos alunos é atribuição do professor da área, considerando, finalmente, o desempenho global dos alunos em cada área do conhecimento, além da possibilidade de ter sua situação analisada em Conselho de Classe.

Durante a avaliação de desempenho, são levadas em consideração habilidades e competências inerentes a cada disciplina ou área do saber, sendo esta expressa por notas. Na avaliação dos aspectos qualitativos, são consideradas a compreensão e o entendimento dos fatos e a percepção de suas relações; a aplicabilidade dos conhecimentos; a capacidade de análise e de síntese, além de outras habilidades cognitivas.

Alunos com deficiências, ou em processo de inclusão, têm planos individualizados de desempenho e avaliação de aprendizagem, levando-se em consideração suas características pessoais. Além do mais, levam-se em consideração aspectos qualitativos e os resultados obtidos durante o processo pedagógico.

Todas as leis referentes à avaliação, aprovação, reprovação, recuperação paralela e contínua estão presentes na Organização Didática do IFSP, disponível no site oficial da instituição www.ifsp.edu.br e as demais leis referentes à educação podem ser encontradas no site do MEC.

4.4. Mundo do trabalho e Educação Profissional

O processo educativo, objetivando a formação humana integral, deve incorporar diversas dimensões da vida, entre elas o trabalho, a ciência e a cultura, conforme PDI 2019-2023.

O **trabalho** compreendido como realização humana inerente ao ser (sentido ontológico) e como prática econômica (sentido histórico associado ao modo de produção); a **ciência**, compreendida como os conhecimentos produzidos pela humanidade que possibilitam o contraditório avanço das forças produtivas; e a **cultura**, que corresponde aos valores éticos e estéticos que orientam as normas de conduta de uma sociedade. (PACHECO, 2012, p. 59, grifos nossos)

Ainda segundo o PDI 2019-2023, destas dimensões, o trabalho é a primeira mediação entre o ser humano e a realidade material e social: é por meio dele que os conhecimentos desenvolvidos e apropriados socialmente transformam as condições

naturais da vida e possibilitam a ampliação das capacidades, das potencialidades e dos sentidos humanos.

Dá-se, desta forma, a centralidade do trabalho como práxis que possibilita criar e recriar, não apenas no plano econômico, mas no âmbito da arte e da cultura, linguagem e símbolos, o mundo humano como resposta às suas múltiplas e históricas necessidades. Nesta perspectiva, nos aproximamos da compreensão do trabalho como princípio educativo (RAMOS, 2004 e FRIGOTTO, 2004) na medida em que coloca exigências específicas para o processo educativo, visando à participação direta dos membros da sociedade no trabalho produtivo. Com isso, **a educação deve explicitar o modo como o saber se relaciona com o processo de trabalho**, propiciando a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos e sócio-históricos da atividade produtiva, para promover o desenvolvimento intelectual e a apreensão de elementos culturais que configurem a vida cidadã e economicamente ativa (PDI 2019-2023, grifos nossos).

Neste sentido, a **educação profissional**, modalidade específica entendida como uma preparação geral para o trabalho, pode fundamentá-lo como prática social, em que o conhecimento científico adquire o sentido de força produtiva. Ao aprender, compreender e apropriar-se dos conceitos científicos e tecnológicos básicos, transpondo-os na apropriação de técnicas e procedimentos, amplia-se a possibilidade de atuar de maneira autônoma e consciente na dinâmica econômica da sociedade. Portanto, de acordo com o PDI 2019-2023, acreditamos que:

A referência fundamental para a educação profissional e tecnológica é o ser humano e, por isso, o trabalho, como categoria estruturante do ser social é seu elemento constituinte. (...) A educação para o trabalho, nessa perspectiva, se entende como potencializadora do ser humano, enquanto integralidade, no desenvolvimento de sua capacidade de gerar conhecimentos a partir de uma prática interativa com a realidade, na perspectiva de sua emancipação – trata-se de uma educação voltada para a construção de uma sociedade mais democrática, inclusiva e equilibrada social e ambientalmente. (PACHECO, 2011, p. 29)

Assim, a educação profissional e tecnológica, formando cidadãos para o **mundo do trabalho**, reafirma seu compromisso social, tanto por contribuir para o desenvolvimento econômico e tecnológico nacional, quanto por ser fator de fortalecimento do processo de inserção cidadã.

Ao trabalhar nesta direção, a ideia de **formação integrada** se configura, buscando a superação da noção historicamente construída de divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar. Com isso, a profissionalização

incorpora valores ético-políticos e conteúdos históricos e científicos da práxis humana, ao integrar à dimensão do trabalho à ciência, à cultura e à pesquisa (PDI, 2019-2023).

4.5. Empreendedorismo e Cooperativismo

Conforme evidenciado na Constituição da República Federativa do Brasil, 1998, em seu artigo 174, “o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado”, complementado pelo parágrafo 2º do referido artigo: “a lei apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo.”

Na Lei 11.892 de 29 de Dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências, fica evidente a atenção com o empreendedorismo e o cooperativismo, conforme apresentado no artigo 6º, item VIII “realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico”.

Já a Lei nº 13.005 de 25 de Junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências, apresenta cujo objetivo da Meta 9: “elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional”.

Dentre as estratégias a serem adotadas na busca por atingir a Meta 9, destaca-se o item 9.11: “implementar programas de capacitação tecnológica da população jovem e adulta, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal e para os (as) alunos (as) com deficiência, articulando os sistemas de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, as universidades, as cooperativas e as associações, por meio de ações de extensão desenvolvidas em centros vocacionais tecnológicos, com tecnologias assistivas que favoreçam a efetiva inclusão social e produtiva dessa população”.

Na linha do que foi dito até aqui, tendo como base as legislações pertinentes, o IFSP, no seu Regimento Geral, apresenta no artigo 87 o Núcleo de Inovação Tecnológica,

sendo que compete ao referido núcleo o disposto no artigo 88, item II: “ implantar e consolidar, nos diversos câmpus do IFSP, atividades de gestão da inovação tecnológica, apoio à transferência de tecnologia e estímulo ao empreendedorismo” e item IV: “assessorar o Pró-Reitor no planejamento e na coordenação das políticas de gestão da inovação tecnológica, transferência de tecnologia e estímulo ao empreendedorismo”.

Ainda no Regimento Geral do IFSP fica evidente, no artigo 189, que “no âmbito do IFSP, as responsabilidades de extensão compreendem”, no item VIII: “empreendedorismo e cooperativismo”.

Diante do exposto, o Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI – 2019-2023) destaca que:

o IFSP foi concebido para atuar no desenvolvimento da cultura, do empreendedorismo e do cooperativismo; e para apoiar fortemente o desenvolvimento regional, contribuindo assim com o próprio desenvolvimento nacional, com forte atenção às novas tendências do mundo produtivo e aos arranjos locais e nacionais, desenvolvendo pesquisa em novos processos e produtos e na formação de novos educadores, envolvendo sua comunidade interna e atraindo a comunidade externa para somar forças nessa grande tarefa de promover o desenvolvimento humano na sua plenitude. (PDI 2019-2023, p. 54)

4.6. Pesquisa

No que tange aos pressupostos político-pedagógicos do câmpus relacionados à pesquisa, todas as ações e diretrizes devem caminhar no sentido de garantir a livre expressão da atividade intelectual e científica, conforme o Artigo 5º da Constituição Federal (BRASIL, 1988).

A Carta Magna da legislação brasileira ainda estabelece em seu Artigo 23 como sendo de competência da União, em parceria com as esferas públicas menores, “proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação”. Nesse sentido, as instituições de Ensino representam um espaço privilegiado para o desenvolvimento da atividade de pesquisa e produção de conhecimento, seja na Educação Básica ou no Ensino Superior. Ainda com base neste documento, as Universidades devem, a partir de sua autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, obedecer ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (Art. 207).

A necessidade de fomento à pesquisa por parte das instituições de Ensino encontra maior detalhamento na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (BRASIL, 1996),

sendo dever do Estado não apenas a promoção do acesso à pesquisa e ao conhecimento em suas diversas dimensões (dever explicitado também no ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente), mas também à atividade de pesquisar. Entre os princípios e fins da Educação Nacional, os artigos 3º e 4º da referida LDB, estabelecem como princípios do ensino a ser ministrado tanto a liberdade de pesquisa como o “acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um”. Especificamente à Educação Superior, no artigo 43 é dada a finalidade de

I - Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; [...]

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive; [...]

VIII - atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares. (BRASIL, 1996).

Desse modo, é de suma importância que as universidades, no exercício de sua autonomia e reconhecidas suas características de “instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano” (BRASIL, 1996, Art. 52), estabeleçam planos, programas e projetos de pesquisa científica, garantindo o devido respaldo dentre os recursos orçamentários disponíveis.

As instituições de educação superior constituídas como universidades integram-se, também, na sua condição de instituições de pesquisa, ao Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, nos termos da legislação específica (BRASIL, 1996, art. 86).

É bastante significativa a importância que o Plano Nacional de Educação – PNE (BRASIL, 2014) dá a pesquisa como uma das principais potencializadoras de avanços nos níveis educacionais no Brasil, e as instituições de ensino como as grandes promotoras dessa prática. Como exemplo disso, podemos observar as estratégias para atingir as Metas 1 e 4 presentes no documento, que versam sobre a universalização da educação infantil na pré-escola e o atendimento educacional especializado para determinados grupos, respectivamente, o estímulo à “articulação entre pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação” e a “criação de centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições

acadêmicas e integrados por profissionais das áreas de saúde, assistência social, pedagogia e psicologia” (estratégias 1.9 e 4.5, respectivamente).

O fomento à pesquisa também possui como expectativa elevar a qualidade da educação superior nos cursos de graduação e pós-graduação no segmento público tanto no número de matrículas como na qualidade da formação dos profissionais.

Meta 12: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público. [...]

12.11) fomentar estudos e pesquisas que analisem a necessidade de articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do País; [...]

Meta 14: elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.

Estratégias: [...]

14.9) consolidar programas, projetos e ações que objetivem a internacionalização da pesquisa e da pós-graduação brasileiras, incentivando a atuação em rede e o fortalecimento de grupos de pesquisa; [...]

14.11) ampliar o investimento em pesquisas com foco em desenvolvimento e estímulo à inovação, bem como incrementar a formação de recursos humanos para a inovação, de modo a buscar o aumento da competitividade das empresas de base tecnológica; (BRASIL, 2014).

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia estão em consonância com os dispositivos legais supracitados em suas diretrizes para o desenvolvimento da pesquisa dentro da instituição. Na Lei Nº 11.892 está expressa como finalidades de características dos Institutos Federais constituírem-se como centro de excelência no ensino de ciências de um modo geral e aplicadas como estímulo a investigação empírica.

O regimento geral do IFSP estabelece entre os órgãos colegiados o Conselho de Pesquisa e Inovação, órgão consultivo com funções previstas de supervisão em matéria de Pesquisa e Inovação. Entre os órgãos executivos está a Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação, com a incumbência de planejar, dirigir, supervisionar e coordenar todas as atividades de pesquisa e de apoio à inovação mantidas pelo IFSP. Estão previstos nos artigos 185 e 186 deste regimento o fomento à pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico, além da manutenção do registro de informações necessárias ao suporte, ao acompanhamento e à divulgação de programas, linhas e projetos de pesquisa desenvolvidos no IFSP.

A organização didática do IFSP tanto para a Educação Básica como para os cursos superiores possui como premissa o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão como atividades indissociáveis e articuladoras da formação técnico-profissional. Entre as atividades que o aluno deve desempenhar em sua trajetória acadêmica no Ensino Médio, encontram-se os projetos integradores que devem contemplar a aplicação dos conhecimentos adquiridos durante o curso e podem constituir-se como relevantes momentos para o desenvolvimento da atividade da pesquisa na Educação Básica. Para os cursos superiores, ao longo de toda a trajetória acadêmica é possível ao aluno participar de grupos de pesquisas, elaborar artigos científicos mediante produção acadêmica individual ou coletiva, além da realização do trabalho de conclusão de curso, caso este esteja previsto no projeto pedagógico do curso.

4.7. Extensão

De maneira geral, a Extensão pode ser entendida como um espaço de produção de conhecimento, baseada nas trocas de saberes entre as instituições de ensino e a sociedade. Trata-se de um espaço de efetivação do compromisso acadêmico e social em função das exigências impostas pela realidade. É nesse sentido que a Política de Extensão do IFSP, conforme definida no PDI (2019-2023), é voltada para a interação da comunidade acadêmica com a comunidade na qual está inserida, abrangendo os diversos setores da sociedade. Orientada pelo compromisso social do IFSP, esta política deve ser planejada para ensinar e aprender, formar e ser formada, respeitar e ser respeitada pela sociedade, ou seja, crescer junto com a sua comunidade de referência, estabelecendo um diálogo constante, e buscando contribuir com o desenvolvimento econômico, social, político e cultural das comunidades com as quais o Instituto interage. Pretende abarcar, com isso, as diretrizes de Extensão (FORPROEX): Interação Dialógica; Interdisciplinaridade e interprofissionalidade; Indissociabilidade Ensino/Pesquisa/Extensão, Impacto na Formação do Estudante; Impacto e Transformação Social.

Com o objetivo de consolidar as ações de extensão como processo educativo, cultural e científico, articulado com o ensino e a pesquisa no cotidiano acadêmico e com o mundo do trabalho, a Portaria 2968/2015, regulamenta as ações de Extensão do IFSP e as define como:

“uma via de mão dupla com a sociedade, que proporciona a relação de diálogo entre conhecimentos acadêmicos e conhecimentos tradicionais, enriquecendo o processo educativo e possibilitando a formação de consciência crítica da comunidade interna e dos diversos atores sociais envolvidos”.

Assim, as ações de Extensão compreendem todas as ações formativas, culturais, artísticas, desportivas, científicas e tecnológicas que promovam a relação dialógica entre o IFSP e a comunidade externa. Podendo ser categorizadas em: programas; projetos; cursos de Extensão; eventos; prestação de serviços.

O Câmpus São Paulo Pirituba iniciou suas atividades em agosto de 2016 ofertando Cursos de Extensão para a comunidade. Semestralmente, são oferecidos cursos de Formação Geral, Gestão e Negócios, Informática, Educação/ Formação de Professores e cursos voltados para a Terceira Idade, por meio de edital divulgado no site do Câmpus.

As ações de Extensão no Câmpus São Paulo Pirituba envolvem a oferta de Cursos de Extensão, de Oficinas, organização de Eventos, especialmente para promoção da cultura da diversidade e dos direitos humanos, a estruturação de Estágios, assim como seu acompanhamento e registro, e articulações com a comunidade, com os órgãos e equipamentos públicos locais e empresas da região.

Essas e as demais ações de Extensão no Câmpus são organizadas pela Coordenadoria de Extensão (CEX), que promove e/ou participa dos eventos realizados, assim como tem estimulado a elaboração e desenvolvimento de projetos no câmpus e trabalhado em busca de fomento.

4.8. Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm

Acessado em 01 de julho de 2019.

BRASIL. **LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acessado em 01 de julho de 2019.

BRASIL. **LEI Nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acessado em 01 de julho de 2019.

BRASIL. **LEI Nº 11.892, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm. Acessado em 01 de julho de 2019.

MEC. **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia: Um novo modelo em educação profissional e tecnológica.** Concepção e diretrizes. Brasília: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&Itemid=30192. Acessado em 01 de julho de 2019.

BRASIL. **LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm. Acessado em 01 de julho de 2019.

BRASIL. **LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003.** Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.741.htm. Acessado em 01 de julho de 2019.

BRASIL. **LEI Nº 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acessado em 01 de julho de 2019.

IFSP. **Regimento Geral do IFSP.** São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www2.ifsp.edu.br/index.php/arquivos/category/427-regimento-geral-do-ifsp.html?download=9443%3Aregimento-geral>. Acessado em 01 de julho de 2019.

IFSP. **Regimento dos câmpus do IFSP.** São Paulo, 2016. Disponível em: <http://www2.ifsp.edu.br/index.php/arquivos/category/568-resolucoes-2016.html?download=15889%3Aresolucao-no-262016-de-05-de-abril-de-2016>.

Acessado em 01 de julho de 2019.

IFSP. **Organização didática dos Cursos Superiores de Graduação**. São Paulo, 2016. Disponível em: www2.ifsp.edu.br/index.php/arquivos/category/305-documentos.html?download=17930%3Aorganizacao-didatica-2016. Acessado em 01 de julho de 2019.

IFSP. **Organização didática da Educação Básica**. São Paulo, 2018. Disponível em: https://www.ifsp.edu.br/images/reitoria/Resolucoes/resolucoes2018/Resol_62_2018_Aprova-Organizao-Didtica_Educao-Bsica.pdf. Acessado em 01 de julho de 2019.

IFSP. **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI - 2019-2023**. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://drive.ifsp.edu.br/s/m2GXUaawIkSgX8d#pdfviewer>. Acessado em 01 de julho de 2019.

PACHECO, Eliezer. **INSTITUTOS FEDERAIS: uma revolução na Educação Profissional e Tecnológica**. MEC. São Paulo: Moderna, 2011.

PACHECO, Eliezer (Org.). **Perspectiva da Educação Profissional Técnica de Nível Médio: Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais**. SETEC/MEC. São Paulo: Moderna, 2012.

RAMOS, Marise Nogueira. **O projeto unitário de ensino médio sob os princípios do trabalho, da ciência e da cultura**. In: FRIGOTTO, Gaudêncio e CIAVATTA (orgs.). Maria. Ensino médio. Ciência, cultura e trabalho. Brasília, MEC/SETEC, 2004.

5. Os cursos que oferecemos

Como instituição de ensino, o IFSP cumpre com os objetivos da educação nacional, especialmente em relação à sua especificidade: educação básica e profissional e educação superior. Assim, caracteriza-se pela “oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas”, nos termos da Lei 11.892/2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais.

Nesse sentido, a concepção de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) orienta os processos de formação com base nas premissas da integração e da articulação entre ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos, e do desenvolvimento da capacidade de investigação científica como dimensões essenciais à manutenção da autonomia e dos saberes necessários ao permanente exercício da laboralidade, que se traduzem nas ações de ensino, pesquisa e extensão.

Em busca de uma formação humana e cidadã que se articula à qualificação para o exercício da laboralidade e pauta-se no compromisso de assegurar aos profissionais formados a capacidade de manter-se permanentemente em desenvolvimento, o Câmpus São Paulo Pirituba oferta educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino, oferecendo os seguintes cursos.

5.1. Técnico

Na educação profissional técnica de nível médio retoma-se a ideia da formação integrada que supera a separação entre executar e pensar, dirigir ou planejar. Com isso, a formação profissional deve incorporar valores ético-políticos e conteúdos históricos e científicos da práxis humana, integrando a dimensão do trabalho à ciência, à cultura e à pesquisa. Trata-se possibilitar o acesso a conhecimentos diversos, promovendo construções intelectuais mais elevadas, junto à reflexão crítica contextualizada. Temos como objetivo a formação plena do educando, com a apropriação de conceitos necessários para intervenção consciente na realidade e compreensão do processo histórico de construção do conhecimento. Só assim podemos contribuir para a formação de sujeitos

autônomos, que possam compreender-se no mundo e, dessa forma, atuar nele por meio do trabalho, transformando a natureza e a cultura em função das necessidades coletivas da humanidade.

Os cursos técnicos são organizados e oferecidos, prioritariamente, na forma de cursos integrados ao Ensino Médio. Também são organizados de modo concomitante/subsequente ao Ensino Médio.

Legitimando o compromisso com segmentos apartados do ensino formal, implantou-se o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, abrangendo cursos e programas de educação profissional com vistas à formação inicial e continuada de trabalhadores e educação profissional técnica de nível médio. Os cursos do PROEJA deverão considerar as características dos jovens e adultos atendidos, tendo como objetivo a elevação do nível de escolaridade do trabalhador.

5.1.1. Técnico Integrado ao Ensino Médio

O curso Técnico Integrado ao Ensino Médio é ofertado a quem já concluiu o Ensino Fundamental. Ele garante tanto a formação do Ensino Médio quanto a técnica profissional. Tem duração de três (3) anos, em período integral, e a forma de ingresso é por meio de Processo Seletivo anual, definido por meio de edital específico.

Atualmente, são ofertados dois cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio: em Logística e em Redes de Computadores.

a) Técnico em LOGÍSTICA Integrado ao Ensino Médio

O Curso Técnico em Logística Integrado ao Ensino Médio na modalidade presencial, tem como objetivo geral a formação de profissionais/cidadãos técnicos de nível médio, competentes técnica, ética e politicamente, com elevado grau de responsabilidade social e que contemple um novo perfil de saber, de fazer e de gerenciar

atividades, aspectos organizacionais e humanos, visando a aplicações na produção de bens, serviços e conhecimentos.

O Técnico em Logística é o profissional que deve realizar procedimentos de transportes, armazenamento e distribuição das cadeias de suprimentos; agendar programa de manutenção de máquinas e equipamentos; supervisionar processos de compras, recebimento, movimentação, expedição e distribuição de materiais e produtos; e prestar serviços de atendimento aos clientes.

O curso “Técnico em Logística Integrado ao Ensino Médio” do Câmpus São Paulo Pirituba foi aprovado pela Resolução IFSP 84/2016, de 05 de outubro de 2016 (referendada pela Resolução IFSP 116/2016). Assim, o curso teve seu início em 2017.

O ingresso ao curso se dá por meio de abertura de edital de Processo Seletivo Público. Ou ainda por re-opção de curso, transferência interna e externa, ex-officio, dentre outras formas.

b) Técnico em REDES DE COMPUTADORES Integrado ao Ensino Médio

O Curso Técnico em Redes de Computadores Integrado ao Ensino Médio, na modalidade presencial, tem como objetivo geral desenvolver o educando nas dimensões individual, social e profissional por meio de formação que integre conhecimentos da formação geral e conhecimentos específicos da área técnica de redes de computadores, numa perspectiva responsável, crítica e de permanente atualização e investigação. Forma, ainda, profissionais críticos, éticos e comprometidos com o bem coletivo e que possam contribuir para o alcance de transformações, recebendo uma educação profissional que promova a geração de trabalho e renda e a emancipação do cidadão.

A opção pelo curso de Técnico em Redes de Computadores no Câmpus Pirituba foi feita a partir da realização de audiências públicas com representantes da comunidade e setores do comércio, da indústria e instituições de ensino, havendo ainda a participação das Sub-Prefeituras e da Diretoria Regional de Educação.

O egresso do curso técnico em Redes de Computadores Integrado ao Ensino Médio estará habilitado para operar, instalar, configurar e realizar manutenção em redes de computadores; aplicar técnicas de instalação e configuração da rede física e lógica;

instalar, configurar e administrar sistemas operacionais em redes de computadores; implementar políticas de segurança para acesso a dados e serviços diversos; compreender as características básicas dos microcomputadores atuais; definir e empregar técnicas de virtualização; conhecer as arquiteturas, conceitos, tecnologias e padronizações em redes celulares e redes sem fio; projetar e instalar uma rede sem fio; desenvolver e documentar aplicações para desktop com acesso a web e a banco de dados; compreender os conceitos para reconhecer e analisar padrões administrativos existentes nas organizações empresariais.

O curso “Técnico em Redes de Computadores Integrado ao Ensino Médio” do Câmpus São Paulo Pirituba foi aprovado pela Resolução IFSP 85/2016, de 05 de outubro de 2016 (referendada pela Resolução IFSP 115/2016). Com isso, o curso foi iniciado em 2017.

O ingresso ao curso se dá por meio de abertura de edital de Processo Seletivo Público. Ou ainda por re-opção de curso, transferência interna e externa, ex-officio, dentre outras formas.

c) Técnico em ADMINISTRAÇÃO Integrado ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

O principal objetivo do curso é o resgate da cidadania do público de jovens e adultos, a partir do reconhecimento da educação como direito e da articulação entre formação geral e formação para o trabalho, mais especificamente para a atuação como Técnico em Administração. Conforme a Resolução CNE/CEB Nº 6/2012, os cursos desenvolvidos, com projetos pedagógicos unificados, devem visar simultaneamente as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais e, também aos referentes à Educação Profissional e Tecnológica.

Um primeiro motivo da escolha pelo PROEJA em Administração justifica-se pelo fato de Gestão (além de Informática) ser um dos dois eixos definidos para o Câmpus Pirituba, a partir de quatro audiências públicas realizadas em 14 e 28 de novembro de 2015, nos bairros de Pirituba e Perus, respectivamente; 12 de dezembro de 2015, no Bairro de Brasilândia e; por fim, em 25 de junho no próprio câmpus.

Além disso, no âmbito da pesquisa realizada no entorno, do total de 459 respondentes, 41,8% indicaram opção pelo PROEJA em Administração. Os outros 24,7% optaram pelo curso de Informática e 33,5% para outros cursos.

Por fim, a abertura do curso também se justifica pela inexistência de oferta de PROEJA na região.

O egresso do curso Técnico em Administração executa operações administrativas relativas a protocolos e arquivos, confecção e expedição de documentos e controle de estoques. Além disso, aplica conceitos e modelos de gestão em funções administrativas e opera sistemas de informações gerenciais de pessoal e de materiais. Em adição, a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) indica que o técnico controla rotina administrativa, realiza atividades em recursos humanos e intermedia mão-de-obra para colocação e recolocação. Também atua na área de compras, assessora a área de vendas, intercambiam mercadorias e serviços e executa atividades nas áreas fiscal e financeira.

O ingresso ao curso se dá por meio do Processo Seletivo, definido por edital específico, sob a responsabilidade do IFSP Câmpus São Paulo Pirituba, a ser publicado em seu endereço eletrônico (www.ptb.ifsp.edu.br). Tal processo será aberto aos candidatos que tenham concluído, até o ato da matrícula, o Ensino Fundamental ou equivalente, devendo o interessado apresentar nesse ato os respectivos Certificado de Conclusão de Ensino Fundamental e Histórico Escolar. Deverá ainda comprovar a idade mínima de 18 anos no ato da matrícula.

5.1.2. Técnico Concomitante/Subsequente ao Ensino Médio

O curso técnico de nível médio concomitante/subsequente é oferecido a quem já concluiu ou esteja cursando no mínimo o segundo ano do ensino Médio.

O objetivo do curso é a formação de profissionais e cidadãos técnicos de nível médio integral, valorizando a sua atuação na sociedade de forma técnica, ética e política, com elevado grau de responsabilidade social e que contemple um perfil de profissionais críticos e comprometidos com o bem coletivo. Tem duração mínima de 3 semestres e máxima de 4 semestres com ingresso por meio de Processo Seletivo.

O Câmpus Pirituba oferta, atualmente, o curso Técnico em Administração, concomitante/subsequente ao Ensino Médio.

O aglomerado Urbano de São Paulo - Pirituba propiciou a criação do curso por apresentar promissoras perspectivas econômicas, diversos empreendimentos, como a instalação de Centros de Distribuição de produtos, área que demanda esses profissionais na região.

O ingresso no curso se dá por meio de Processo Seletivo definido em edital específico.

a) Técnico em ADMINISTRAÇÃO concomitante/subsequente ao Ensino Médio

O curso objetiva a formação do Técnico em Administração, que executa operações administrativas relativas a protocolos e arquivos, confecção e expedição de documentos e controle de estoques. Aplica conceitos e modelos de gestão em funções administrativas. Opera sistemas de informações gerenciais de pessoal e de materiais.

O curso “Técnico em Administração - Concomitante/Subsequente” do Câmpus São Paulo Pirituba foi aprovado pela Resolução IFSP 135/2016, de 23 de novembro de 2016 (referendada pela Resolução IFSP 018/2017). Sua primeira turma foi ofertada no 1º semestre de 2017.

Tem duração de 3 semestres (um ano e meio) e é ofertado no período noturno. O ingresso no curso se dá por meio de Processo Seletivo definido em edital específico.

5.2. Graduação

No IFSP há oferta de cursos superiores de graduação de Tecnologia, Licenciatura e Bacharelado.

Em nosso câmpus ofertamos três cursos superiores: Licenciatura em Letras - Português/Inglês, Tecnologia em Gestão Pública, Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas e Bacharelado em Engenharia de Produção.

Em todos os cursos superiores do câmpus a forma de ingresso é por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu/MEC).

5.2.1. Licenciatura

Os cursos de Licenciatura visam atender as demandas da sociedade brasileira pela formação de professores de Educação Básica em instituições públicas. Tem-se como objetivo não só a oferta, mas também a qualidade dessa formação de professores como um compromisso político e social. Destaca-se, também, nos cursos de Licenciatura, a importância da integração entre teoria e prática, num movimento de práxis em que a avaliação permanente seja o requisito para a excelência.

a) Licenciatura em LETRAS - Português / Inglês

O curso de Licenciatura em Letras do Câmpus São Paulo Pirituba, com duração de 04 anos, ofertado no período noturno, tem como objetivo formar professores de Língua Portuguesa, Língua Inglesa e suas Literaturas, capazes de atuar com competência linguística e domínio das formas de cultura desenvolvidas a partir das línguas contempladas. Forma o egresso para atuar na Educação Básica de forma crítica, reflexiva e consciente da sua atuação educacional, política e social.

O egresso da Licenciatura em Letras estará capacitado a trabalhar no ensino de Língua Portuguesa, Língua Inglesa e respectivas Literaturas na Educação Básica, partindo de uma visão de língua e literatura como elementos de desenvolvimento humano, integração social e cultural. Com pleno conhecimento de tais línguas e de suas literaturas, e apto a refletir criticamente sobre elas, o egresso atuará como agente de formação de leitores críticos e competentes, capazes de agir como cidadãos dentro da complexidade do sistema da cultura em que se inserem. Será consciente das questões relacionadas à diversidade linguística e capaz de intervir, por meio da linguagem, em um amplo espectro cultural e social. Sua atuação, mediada pela formação pedagógica, em consonância com a atual estrutura educacional brasileira, e pelas Tecnologias de Informação e Comunicação, também poderá se estender à área editorial, na idealização e produção de conteúdos literários, paradidáticos e didáticos, tanto impressos quanto digitais.

O curso de “Licenciatura em Letras - Português / Inglês” do Câmpus São Paulo Pirituba foi aprovado pela Resolução IFSP 031/2017, de 10 de maio de 2017 (referendada

pela Resolução IFSP 043/2017). A primeira turma do curso ingressou via SISU no 2º semestre de 2017.

5.2.2. Tecnologia

Os cursos superiores de Tecnologia têm como objetivo garantir aos cidadãos o direito à aquisição de competências profissionais que os tornem aptos para a inserção em setores profissionais nos quais haja utilização de tecnologias, em consonância com o perfil profissional de conclusão do curso, o qual define sua identidade e caracteriza o compromisso ético da instituição com os seus alunos e a sociedade. Estes cursos promovem a formação de profissionais especialistas em nível superior, que recebem formação direcionada a atender os segmentos atuais e emergentes em atividades industriais e prestação de serviços, tendo em vista a constante evolução tecnológica.

a) Tecnologia em GESTÃO PÚBLICA

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, ofertado no período vespertino com duração de 06 semestres (3 anos), objetiva formar profissionais aptos para atuar de maneira efetiva, transparente e participativa na gestão de órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta das diferentes esferas de governo, contribuindo para a melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados à sociedade, bem como atuarem em empresas privadas que de alguma forma demandem profissionais com estas características. Poderão participar de atividades como: diagnosticar o cenário político, econômico, social e legal na totalidade da gestão pública; desenvolver e aplicar inovações científico-tecnológicas nos processos de gestão pública; planejar, implantar, supervisionar e avaliar projetos e programas de políticas públicas voltados para o desenvolvimento local e regional; aplicar metodologias inovadoras de gestão; aplicar tecnologias gerenciais, avaliar aspectos ambientais e da ética profissional; planejar e implantar ações vinculadas à prestação de serviços públicos que se relacionam aos setores

e segmentos dos processos de gestão e avaliar e emitir parecer técnico em sua área de formação.

Com isso, o egresso do curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública será formado como gestor para atuar na área pública, no contexto das transformações socioculturais, buscando promover o desenvolvimento de competências e habilidades capazes de propiciar melhoria de qualidade e efetividade no serviço público.

O curso de “Tecnologia em Gestão Pública” do Câmpus São Paulo Pirituba foi aprovado pela Resolução IFSP 030/2017, de 10 de maio de 2017 (referendada pela Resolução IFSP 042/2017). A primeira turma do curso ingressou via SISU no 2º semestre de 2017.

b) Tecnologia em ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS

O curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (ADS), com duração de 06 semestres (3 anos), oferecido no período noturno, busca capacitar o egresso a atuar na área de Tecnologia de Informação (TI) em atividades como análise, projeto, desenvolvimento, gerenciamento e implantação de sistemas de informação computacionais. Essa capacitação é pautada pela valorização da prática e competências técnicas, tanto em análise quanto em desenvolvimento, e pela atualização diante da realidade tecnológica, de modo que o profissional seja um mediador competente entre o desenvolvimento tecnológico e a sociedade em que se insere.

O tecnólogo formado em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, deve ser capaz de analisar, projetar, desenvolver, testar, implantar e manter sistemas computacionais de informação. Além disso, detém conhecimentos para avaliar, selecionar e utilizar metodologias, tecnologias e ferramentas da Engenharia de Software, linguagens de programação e bancos de dados, podendo também atuar na coordenação de equipes de produção de softwares, vistoria, perícia, avaliação, emissão de laudo e parecer técnico em sua área de formação. Desta forma, é um profissional capacitado a atuar de forma abrangente na área de TI, de modo a gerenciar, pesquisar e gerar novas tecnologias. Com isso, o tecnólogo pauta sua intervenção na sociedade pela capacidade de solucionar

problemas, por meio do emprego de tecnologias computacionais, ao aplicar os saberes, as habilidades e as competências desenvolvidas durante o curso.

O curso de “Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas” do Câmpus São Paulo Pirituba foi aprovado pela Resolução IFSP 128/2017, de 31 de outubro de 2017. O início deste curso se deu no 1º semestre de 2018, com ingresso via SISU.

5.2.3. Bacharelado

Os cursos superiores de Bacharelado têm como objetivo promover uma formação de nível superior conferindo ao cidadão o título de bacharel. Têm duração média entre três e seis anos e almejam preparar profissionais generalistas com sólidos conhecimentos sobre a base de uma profissão.

a) Bacharelado em ENGENHARIA DE PRODUÇÃO

O curso de Engenharia de Produção do Câmpus Pirituba visa suprir a necessidade de formação profissional tecnológica gratuita, disponibilizando ao mercado local e global um profissional com sólida formação técnico-científica, visão sistêmica e generalista, capaz de transformar a realidade na qual está inserido, através da solução de problemas, e aplicação do conhecimento adquirido para adaptar-se aos diferentes cenários do mercado de trabalho, projetando, implantando, readequando, e gerenciando sistemas produtivos, de bens ou serviços, com o propósito persistente de busca por melhoria contínua, respeitando além de fatores econômicos, o elemento humano, o meio ambiente, e os contextos sociais, políticos e culturais.

Para o desenvolvimento e formação do profissional, o curso de Engenharia de Produção proposto oferece uma estrutura curricular balanceada, com estratégias como a mescla de disciplinas básicas e disciplinas da realidade do engenheiro de produção, fomentando o desenvolvimento do pensamento lógico-matemático e o entendimento de fenômenos físicos, essenciais ao profissional e ao andamento do curso, de forma concomitante à apresentação do mundo do trabalho.

O Engenheiro de Produção atua no projeto, implantação, operação, otimização e manutenção de sistemas integrados de produção de bens e serviços. Em sua atividade, incorpora aos setores produtivos, conceitos, técnicas e ferramentas da qualidade administrativa. Coordena e supervisiona equipes de trabalho; realiza pesquisa científica e tecnológica e estudos de viabilidade técnico-econômica; executa e fiscaliza obras e serviços técnicos; efetua vistorias, perícias e avaliações, emitindo laudos e pareceres. Em sua atuação, considera a ética, a segurança e os impactos socioambientais. Com sua formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, está capacitado a absorver e desenvolver novas tecnologias, estimulando a sua atuação crítica e criativa na identificação e resolução de problemas, considerando seus aspectos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais, com visão ética e humanística, em atendimento às demandas da sociedade.

O curso de “Bacharelado em Engenharia de Produção” do Câmpus Pirituba foi aprovado pela Resolução IFSP 95/2018, de 06 de novembro de 2018. O início deste curso se deu no 1º semestre de 2019, com ingresso via SISU.

5.3. Pós-Graduação

Atualmente, o câmpus oferta os cursos de Pós-graduação Lato Sensu: Especialização em Humanidades: Educação, Política e Gestão de Projetos.

a) Especialização em HUMANIDADES: Educação, Política e Sociedade.

A Especialização em Humanidades — Educação, Política e Sociedade — é um curso presencial que visa oferecer qualificação profissional aos licenciados e bacharéis do campo de formação das Ciências Humanas e áreas correlatas, sublinhando a importância do exercício permanente de aprendizagem. O curso tem oferecimento anual e terá duração de quatro semestres, totalizando 430 horas. Destas, 360 horas são destinadas ao cumprimento de doze disciplinas obrigatórias.

Dotado de uma grade curricular multidisciplinar, envolvendo domínios diversos da grande área das humanidades, o curso objetiva uma formação abrangente, respaldada pelo debate acadêmico contemporâneo, oferecendo atualização sobre conceitos fundamentais e demais conhecimentos da área, conseqüentemente possibilitando a ampliação do capital cultural dos pós-graduandos.

Podem cursar esta pós-graduação os portadores de diplomas de curso superior reconhecidos pelo MEC em qualquer área de formação ou os portadores de declaração de colação de grau emitida pela instituição de ensino superior, explicitada a data da obtenção do grau.

O curso foi aprovado pela Resolução IFSP 157/2017, de 28 de novembro de 2017, e iniciou-se no segundo semestre de 2018.

b) Especialização em GESTÃO DE PROJETOS.

O curso de Especialização em Gestão de Projetos pretende ampliar a formação acadêmica dos licenciados e bacharéis das áreas das Ciências Humanas, Ciências Exatas e Engenharias e Ciências Sociais Aplicadas e correlatas, por meio do acesso a um repertório de teorias, técnicas e estudos de casos, fomentando debates atualizados sobre as novas técnicas e o estado da atual fronteira do conhecimento no campo do saber da gestão de projetos. Espera-se instrumentalizar esses profissionais com um conjunto de novos saberes, de modo a aprimorar suas habilidades na sistematização, avaliação, elaboração e gestão de projetos, estimulando a produção e a circulação do conhecimento, levando-os a atender às demandas e aos interesses da comunidade na qual desenvolvem suas atividades.

Desta forma, o egresso no curso de Especialização em Gestão de Projetos será um profissional atualizado, apto a ascender à carreira mediante a aplicação dos conhecimentos adquiridos no curso.

Dotado de uma matriz curricular multidisciplinar, envolve domínios diversos da área de Gestão de Projetos. O curso objetiva uma formação abrangente, respaldada pelo debate acadêmico contemporâneo e utilização de casos reais, oferece atualização sobre conceitos fundamentais e demais conhecimentos da área, conseqüentemente possibilita a ampliação do capital cultural e técnico dos pós-graduandos.

Destina-se aos licenciados e bacharéis formados nas áreas classicamente denominadas Ciências Humanas, Ciências Exatas e Engenharias e Ciências Sociais Aplicadas. Ou seja, profissionais graduados em Administração, Direito, Economia, Contabilidade, Jornalismo, Psicologia, Publicidade, Relações Internacionais, Engenharias, Matemática, Estatística, Análise de Sistemas, Ciência da Computação, Sistemas de Informação. Apesar do recorte disciplinar inequívoco do curso e para reforçar o caráter interdisciplinar do curso em uma instituição que preza pelo diálogo entre diversas áreas do conhecimento, licenciados, bacharéis e tecnólogos formados em outras áreas do conhecimento (Ciências Naturais, Ciências Humanas e Ciências Biológicas, como exemplos não exclusivos) poderão se candidatar ao curso.

O curso de Especialização em Gestão de Projetos oferece 40 (quarenta) vagas a cada processo seletivo, mediante edital específico para tal finalidade.

5.4. Cursos de Extensão

O câmpus oferece cursos de extensão, livres e de curta duração, voltados para a formação inicial e continuada, para toda a comunidade, tanto interna quanto externa. Estes cursos são planejados para atender demandas da sociedade e necessidades de aquisição, atualização e aperfeiçoamento de conhecimentos científicos, tecnológicos e profissionais, de jovens e adultos, com necessidades identificadas a partir de pesquisas regionais, podendo ser ofertado em todos os níveis de escolaridade.

Semestralmente, os cursos de Extensão, nas áreas de Formação Geral, Gestão e Negócios, Informática, Educação/Formação de Professores e cursos voltados para a Terceira Idade, são ofertados por meio de edital e divulgados no site do câmpus.

6. O que fazemos: políticas e ações em nosso Câmpus

O Câmpus Pirituba realiza diversas ações em diferentes áreas, conforme as Políticas institucionalmente estabelecidas e, ainda, procura propor, discutir e cumprir as prerrogativas do IFSP e da comunidade.

O cumprimento das políticas é um exercício diário e solidário, visto que cada atividade desempenhada tem como objetivo o exercício das funções e ações decorrentes do trabalho exercido por todos os servidores. Elencamos neste capítulo as atribuições de cada setor, assim como, à luz da legislação, apontamos os caminhos percorridos e as ações concretizadas por cada segmento.

Visto que o Projeto Político-Pedagógico não é o fim, mas um norteador basilar da filosofia e das propostas do câmpus, pretendemos, com estas e futuras ações e políticas, consolidar um ensino de qualidade.

6.1. Coordenadoria Sociopedagógica

A Coordenadoria Sociopedagógica (CSP), setor subordinado à Direção Adjunta Educacional, consiste em uma equipe multiprofissional, articulada e de ação interdisciplinar, a qual, quando plenamente estruturada, e de acordo com a Resolução IFSP nº 138 de 04/11/2014, deve ser composta por Assistente Social, Pedagogo, Psicólogo, Técnico em Assuntos Educacionais e outros servidores que venham a ser alocados no setor. Tem como objetivo assessorar o pleno desenvolvimento do processo educativo, orientando, acompanhando, intervindo e propondo ações que visem a promover a qualidade do processo de ensino e aprendizagem, a permanência e a conclusão, com êxito, dos estudantes no IFSP, nas modalidades presencial e a distância.

No Câmpus Pirituba, a CSP vem buscando uma especificidade em suas ações. Nesse sentido, tem havido um aprimoramento no atendimento discente: estudo do rendimento do aluno e atendimento dos alunos com baixo rendimento e baixa frequência, atendimento das demandas individuais que se relacionam com o ensino, acompanhamento de ações do ensino e trocas de experiências e trabalho conjunto com docentes e coordenadores no aprimoramento do processo de ensino-aprendizagem.

Atualmente a equipe é composta pela Pedagoga, pela Psicóloga, pelo Técnico em Assuntos Educacionais, pela Tradutora Intérprete de Linguagem de Sinais, por uma Administradora e uma Assistente em Administração.

A CSP busca atuar conforme as necessidades contextuais e o perfil de cada aluno, realizando atendimentos individuais ou em grupo, e em casos específicos, com a participação dos pais, contribuindo assim para o fortalecimento da parceria entre a escola e a família. Para isso, acompanha e analisa o desempenho acadêmico e comportamental dos discentes, intervindo nas dificuldades identificadas; realiza um acompanhamento permanente sobre a evasão e seus motivos, em parceria com outras instâncias do Câmpus ou do IFSP; participa da elaboração e execução de atividades educativas e culturais voltadas à formação integral e à promoção da saúde dos estudantes e da comunidade escolar.

Também são atribuições da Coordenadoria Sociopedagógica a participação nas reuniões de pais para os cursos integrados; a organização dos conselhos pedagógicos e deliberativos para os cursos técnicos integrados e concomitantes/subsequentes; o planejamento, a organização e a condução da semana de planejamento escolar.

De acordo com atuação específica de cada membro que a compõe, a CSP ainda planeja, organiza e conduz o processo de alocação de servidores administrativos, o programa de Assistência Estudantil, o processo seletivo da Bolsa de Ensino para discentes, as atividades relacionadas ao NAPNE (Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas), as atividades da Equipe de Formação Continuada, sendo as duas últimas realizadas em parceria com outras instâncias do Câmpus e do IFSP.

Além disso, acompanha a elaboração, implementação e avaliação das Ações Universais realizadas pelos docentes; participa de bancas como as realizadas no processo seletivo para contratação de docentes substitutos ou para o curso popular de preparação para o vestibular, e as de extraordinário aproveitamento de estudos de discentes; colabora para a construção e reformulação do Projeto Político-Pedagógico, a elaboração de calendários escolares, além de analisar os Projetos Pedagógicos dos cursos (PPC) que serão iniciados ou reformulados.

6.2. Assistência Estudantil

A Assistência Estudantil é uma política baseada no Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído pelo Decreto nº 7.234 no ano de 2010. Os auxílios estudantis são repasses financeiros aos estudantes e têm por objetivo custear, parcial ou integralmente, os gastos dos estudantes, visando a ampliar as condições de permanência e de êxito nos cursos do IFSP. Atualmente, as políticas de assistência estudantil do IFSP estão fundamentadas nas resoluções de nº 41/2015 e nº 42/2015: a primeira regulamenta a Política de Assistência Estudantil e a segunda a Normatização dos Auxílios da Política de Assistência Estudantil. A Assistência Estudantil é composta pelo Programa de Auxílio Permanência e pelo Programa de Ações Universais.

Programa de Auxílio Permanência: Esse programa é voltado aos estudantes em vulnerabilidade social. O principal objetivo do programa é apoiar a permanência dos estudantes na instituição por meio de auxílios financeiros mensais, entre eles: alimentação, moradia, creche (apoio aos estudantes pais e mães), transporte, apoio didático-pedagógico e saúde.

Programa de Ações Universais: As ações do Programa de Ações Universais são desenvolvidas por meio de elaboração de projetos voltados para a área de cultura, esporte, inclusão digital e apoio às necessidades educacionais específicas dos estudantes. Esse programa conta com a participação de estudantes, professores e técnicos-administrativos.

A Assistência Estudantil do Câmpus São Paulo Pirituba atende, no ano de 2019, cerca de 170 (cento e setenta) alunos dos cursos regulares no câmpus.

6.3. NAPNE – Ações Inclusivas

O Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) tem o propósito de implementar ações inclusivas, contribuindo para a reflexão sobre a prática da inclusão, a aceitação da diversidade, com o objetivo de romper as barreiras arquitetônicas, educacionais e atitudinais. Os NAPNEs também acompanham o desenvolvimento acadêmico dos estudantes com necessidades educacionais específicas,

procurando realizar intervenções efetivas quando necessário, durante o percurso acadêmico de cada um. A resolução 137/2014 regulamenta o NAPNE e o seu trabalho.

No Câmpus São Paulo Pirituba o NAPNE promoveu, nos últimos anos, diversos eventos que contaram com a participação de palestrantes externos, especialistas em educação inclusiva, com o objetivo de fomentar a reflexão e a sensibilização para as necessidades educacionais específicas pela comunidade acadêmica, favorecendo o refinamento das práticas de ensino, dentre eles, os Circuitos NAPNE.

6.4. Formação Continuada

A Formação Continuada de Professores do IFSP, constitui-se em um conjunto de atividades e ações voltadas para o processo de desenvolvimento e aperfeiçoamento profissional dos docentes. Tendo início no ano de 2014, a Formação Continuada *in loco* busca a valorização do profissional, assim como a constante reflexão sobre a prática docente, concebendo o câmpus como local privilegiado de construção e produção de conhecimento, onde é necessário estabelecer discussões contextualizadas sobre o fazer pedagógico.

O câmpus possui uma Equipe de Formação Continuada (EFC) formada por professores e técnicos-administrativos responsável por implantar a política e promover capacitações. A essa equipe compete articular, elaborar e realizar estudos e pesquisas, assim como compartilhar e divulgar as atividades de formação desenvolvidas.

Desde 2017 a EFC vem promovendo, mensalmente, encontros com todos os docentes, além de alguns técnicos educacionais. Dentre os temas tratados nos últimos encontros, como exemplo, temos a questão da Extensão e sua creditação, a Saúde Mental dos jovens, os Currículos de referência, o Ensino de Jovens e Adultos, os processos de Recuperação de aprendizagem, entre outros.

6.5. Políticas e Ações de Extensão

A Extensão consiste em um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a instituição educacional e os diversos setores sociais. Assim, a Extensão configura-se como um espaço de produção de conhecimentos baseada na troca de saberes e experiências entre a Escola e a Sociedade. Além disso, compreende todas as ações culturais, artísticas, desportivas, científicas e tecnológicas que envolvem a comunidade externa e não fazem parte das atividades regulares de Ensino e Pesquisa. Tais ações devem estar baseadas na análise das necessidades e interesses da comunidade em que cada câmpus está inserido e devem ser articuladas com a vocação e a qualificação acadêmica dos docentes, técnico-administrativos e discentes envolvidos.

As ações de Extensão são classificadas em cursos e atividades. Os Cursos de Extensão são oferecidos na modalidade presencial ou a distância e têm a finalidade de atender as demandas da sociedade e necessidades de aquisição, atualização e aperfeiçoamento de conhecimentos científicos, tecnológicos e profissionais, de jovens e adultos, com necessidades identificadas a partir de pesquisas regionais, podendo ser ofertados em todos os níveis de escolaridade. Já, as atividades são aquelas realizadas fora da sala de aula, como estágios, eventos, visitas técnicas e oferecimento de bolsas.

6.6. Políticas e Ações de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação

A partir da publicação da Lei Federal nº 11.892 de 2008, que criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, ficou estabelecido que uma de suas finalidades é o estímulo e a realização da pesquisa aplicada, visando ao desenvolvimento científico e tecnológico, com o objetivo de estender seus benefícios à comunidade.

Dessa forma, a Coordenação de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (CPI) do Câmpus São Paulo Pirituba objetiva planejar e acompanhar as atividades relacionadas com a pesquisa, buscando seu fortalecimento em todos os níveis de ensino do IFSP, por meio de incentivo a projetos de pesquisa voluntários, na busca por bolsas em agências de fomento e na apresentação de resultados em eventos acadêmicos.

6.7. Órgãos Colegiados

Conselho de Câmpus: o Conselho de Câmpus (CONCAM) é o órgão normativo, consultivo e deliberativo, como instância máxima no âmbito de cada Câmpus, por delegação do Conselho Superior do Instituto Federal de São Paulo. Conta com a composição do diretor, representantes docentes, discentes, técnicos-administrativo e sociedade civil. Compete a ele aprovar diretrizes para atuação local, propostas orçamentárias, projetos, regulamentos internos e normas disciplinares, entre outras atribuições. As competências gerais do Conselho de câmpus referem-se a: informações da comunidade relativas a assuntos de caráter administrativo, de ensino, de pesquisa e de extensão; diretrizes e metas de atuação do câmpus e o zelo pela adequada execução de sua política educacional; calendários acadêmicos do câmpus; promoções e divulgações das atividades do IFSP junto à sociedade; questões submetidas à sua apreciação; propostas de projetos pedagógicos de cursos, bem como suas alterações.

Colegiado de Curso: o colegiado de curso é um órgão consultivo e deliberativo de cada curso superior do IFSP. Composto pelo coordenador do curso, representantes docentes, discentes e técnico-administrativos, tem como objetivo, entre suas competências, conduzir e aprovar em primeira instância os trabalhos de reestruturação do Projeto de Curso, a grade curricular, o perfil do egresso, o projeto de estágio supervisionado, estrutura de pré-requisitos para apreciação e aprovação de instâncias superiores do IFSP. Bem como, emitir parecer, quando solicitado, sobre: aproveitamento de estudos, de competências acadêmicas e profissionais; aceleração de estudos, transferências e de adaptações, mediante requerimento dos interessados; estabelecer, semestral ou anualmente os critérios de seleção para preenchimento de vagas remanescentes; elaborar e aprovar Regulamento de Atividades Complementares; estabelecer critérios e procedimentos de acompanhamento e avaliação do curso; colaborar no processo de Reconhecimento e renovação de reconhecimento do curso; analisar e dar parecer de solicitações referentes à avaliação de atividades executadas pelos alunos não previstas no Regulamento de Atividades Complementares; avaliar as propostas de projetos e convênios encaminhados pela coordenação do curso; apontar as necessidades de alocação de recursos materiais, humanos, bem como capacitação destinada ao

aprimoramento do curso; avaliar a solicitação de dispensa de alunos-monitores, mediante proposta do seu Coordenador, a ser submetida ao órgão responsável e deliberar em primeira instância sobre os pedidos de prorrogação de prazo para conclusão de Curso.

Conselho de Classe (Pedagógico e Deliberativo): os Conselhos de Classe do IFSP são organizados como instâncias consultivas (Conselho de Classe Pedagógico) e deliberativas (Conselho de Classe Deliberativo) e contam com a participação dos docentes da respectiva turma, do Coordenador de Curso e do Pedagogo ou do Técnico em Assuntos Educacionais da Coordenadoria Sociopedagógica.

6.8. CPA

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) foi instituída no IFSP, em consonância com o art. 11 da Lei nº 10.861/2004, como órgão de coordenação, condução e articulação do processo interno de avaliação institucional, de orientação, de sistematização e de prestação de informações às unidades universitárias e ao Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES). A CPA é composta por representantes externos e internos do IFSP (professores, alunos e servidores técnico-administrativos) e tem como função coordenar a Autoavaliação Institucional. É importante ressaltar que os processos de avaliação interna são fundamentais para a tomada de decisão e para a melhoria contínua da qualidade acadêmica.

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) coordena os processos de avaliação internos da instituição, de acordo com as diretrizes, critérios e estratégias estabelecidas pelo SINAES. A autoavaliação caracteriza-se por um processo mediante o qual a instituição, com a participação de todos os seus segmentos (alunos e servidores), é avaliada por si mesma e internamente na perspectiva de relacionar o que ela efetivamente é com o que deseja ser, de refletir sobre suas realizações, sobre o modo como se organiza, como se governa e como atua. A fim de realizar sua missão, a CPA deve, portanto, constituir-se como órgão de representação acadêmica e social. Sob a coordenação da comissão central, a CPA deve dispor, em cada câmpus, de, no mínimo, um representante docente, um representante técnico-administrativo, um representante discente e um representante da sociedade civil.

6.9. Movimento Estudantil: Grêmio, C.A. e Atlética

O Movimento Estudantil é canal para a construção da cidadania, mobilizando os indivíduos e colaborando para a formação de um profissional ético, cidadão e consciente de suas responsabilidades e de seus direitos. Tal movimento fortalece o vínculo do estudante com a instituição de ensino e sua identidade, favorecendo as mais diversas formas de interação, além de representar e defender os interesses da categoria estudantil. O movimento pode ser organizado por meio de Grêmios, Centros Acadêmicos, Associações Atlético-Acadêmicas, Diretórios Acadêmicos e do Diretório Central dos Estudantes.

O Câmpus São Paulo Pirituba conta atualmente com o Grêmio Livre Marielle Franco (representando os estudantes do Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio), o Centro Acadêmico Cora Coralina (representando os licenciandos em Letras), o Centro Acadêmico Nilo Peçanha (representando os graduandos em Gestão Pública), o Centro Acadêmico Ada Lovelace (representando os graduandos em Análise e Desenvolvimento de Sistemas), a Associação Atlética Acadêmica Piri Panthers (todos os cursos) e o Centro Acadêmico da Engenharia de Produção.

6.10. Comissão para Avaliação Docente – CAAD

A Comissão para Avaliação da Atividade Docente (CAAD) instituída pela Resolução 109/2015, de 04 de novembro de 2015 é regulamentada pela Resolução 108 do mesmo dia. Suas principais atividades consistem em analisar, solicitar correções, homologar e dar publicidade aos Planos Individuais de Trabalho Docente (PIT) e Relatórios Individuais de Trabalho Docente (RIT), entregues por todos os docentes do câmpus, de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução 109/2015.

6.11. Coordenadoria de Apoio ao Ensino (CAE)

Coordenadoria, composta atualmente por Assistentes de Alunos, Nutricionista e Estagiários, que visa assistir as atividades de ensino do câmpus, bem como zelar pelo atendimento às normas disciplinares e educacionais. A CAE também dialoga com a Coordenação Sociopedagógica com o intuito de propiciar um ambiente amigável e acolhedor aos discentes e seus pais/responsáveis, a fim de possibilitar o pleno desenvolvimento do ensino/aprendizagem de seu corpo discente. Além disso, este setor apoia as coordenações de cursos e áreas com a finalidade de promover uma base eficaz de materiais didáticos pedagógicos à disposição do corpo docente do câmpus.

A CAE realiza a organização, logística e empréstimos de materiais didáticos pedagógicos ao corpo docente, organiza juntamente com a CSP as reuniões bimestrais de pais de alunos dos cursos integrados, auxilia a CSP na organização dos conselhos pedagógicos e deliberativos, operacionaliza a distribuição da alimentação dos alunos de cursos integrados e da alimentação seca, realiza o controle de aulas dadas/não dadas, é responsável pela alocação de todas as aulas nos respectivos espaços destinados a aulas teóricas e práticas e faz as atribuições de aulas no sistema administrativo.

6.12. Coordenadoria de Biblioteca (CBI)

A Coordenadoria de Biblioteca (CBI) do Câmpus Pirituba tem como missão promover o acesso à informação e à cultura, contribuindo como um facilitador no processo de ensino e aprendizagem. Dispõe de uma estrutura moderna e atualizada, com produtos e serviços de informação que atende as demandas dos docentes, discentes e comunidade. O processo de estruturação da biblioteca teve início em 2016. O acervo físico é composto por livros e periódicos. Todos os serviços de biblioteca são informatizados com acesso online, gerenciado pelo software Pergamum. A circulação no ambiente da biblioteca é de livre acesso e oferecemos computadores conectados à internet para realização de pesquisas e consultas. Na busca da excelência no atendimento às necessidades de informação dos usuários, a CBI oferece acesso à coleção digital de livros da Biblioteca Virtual Universitária, da produção científica nacional e internacional do

Portal de Periódicos da CAPES e das normas técnicas da ABNT para consulta e pesquisa online.

Minuta

7. A escola que queremos: diagnóstico, metas e ações

Como primeiro Projeto Político-Pedagógico do Câmpus São Paulo Pirituba do IFSP, e considerando o processo de ensino e aprendizagem em sua totalidade - complexo, em que teias de relações se travam no ambiente escolar - a presente parte retrata questões atuais presentes em nosso câmpus que necessitam do diálogo cotidiano para que, nos próximos anos, parâmetros e diretrizes de atuação sejam concretizadas e os problemas amenizados ou resolvidos. As dimensões de ensino, pesquisa e extensão, juntamente com as ações administrativas, trazem um panorama da identidade desta Instituição e se mostram como desafio a todos os atores escolares.

São apresentados, nesse item, o diagnóstico dos limites institucionais, as ações, os prazos e os responsáveis pela execução.

7.1. Dimensão: Ensino

Diagnóstico	Proposta de Ação	Responsáveis e Prazos
-------------	------------------	-----------------------

<p>Recuperação Paralela (Integrados / Concomitante / Subsequente)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Falta de diretrizes sobre o período de aplicação (durante o bimestre, após o bimestre); - Falta de diretrizes quanto à forma de aplicação (interdisciplinar, isolada, por área...). - Falta de fluxo comum para convocação dos estudantes e comunicação aos pais. 	<p>(1) Elaborar orientação didática que trate dos procedimentos da aplicação da recuperação paralela e disponha sobre período adequado, forma, metodologia, avaliação, recursos, espaços e tempos;</p> <p>(2) Promover ações de formação continuada sobre o assunto para que os docentes possam debater e refletir sobre a importância e as possibilidades de melhoria no processo ensino aprendizagem, incluso os processos avaliativos.</p> <p>(3) Pleitear, junto à Direção, local adequado para o trabalho de recuperação paralela, por exemplo, sala de estudos coletiva ou baias de estudos.</p> <p>(4) Fomentar o debate sobre metodologias, interdisciplinaridade, espaços e tempos curriculares para readequação dos PPC dos cursos, a fim de melhorar a distribuição do tempo de permanência dos alunos no campus além da sala de aula.</p> <p>(5) Construir orientação didática que trate dos procedimentos da aplicação da recuperação paralela e disponha sobre período adequado, forma, metodologia, avaliação, recursos, espaços e tempos.</p>	<p>DGR, DAA, DAE, Coordenações de Curso, CEIC, CSP, Comissão de formação continuada, Docentes.</p> <p>Prazo: ação contínua para as ações 1, 2 e 3. Ação 4 – 2/2021.</p>
--	---	--

<p>Reforço/nivelamento (Integrados / Concomitante / Subsequente / Superior) - Necessidade de reforço/nivelamento.</p>	<p>(1) Fomentar: - o debate sobre possibilidades de oferta de projetos de ensino ou similares em que sejam trabalhados conteúdos de reforço ou de nivelamento para os estudantes, tanto no Ensino Médio quanto no Superior. - O debate sobre metodologias, interdisciplinaridade, espaços e tempos curriculares para readequação dos PPC dos cursos, a fim de melhorar a distribuição do tempo de permanência dos alunos no câmpus além da sala de aula. (2) Disponibilizar orçamento para bolsas de monitoria e de projetos de ensino.</p>	<p>DGR, DAE, Coordenações de Curso, CEIC, CSP, Comissão de formação continuada, Docentes. Prazo: ação contínua</p>
--	---	---

<p>Avaliações (Todos os cursos):</p> <p>- Registro dos critérios avaliativos e clareza sobre o processo avaliativo.</p>	<p>(1) Verificar: - se os critérios avaliativos estão explicitados nos PPC;</p> <p>- Se os critérios avaliativos estão explicitados nos Planos de Ensino de todos os componentes ofertados no semestre/ano.</p> <p>(2) Promover ações de formação continuada sobre o assunto para que os docentes possam debater e refletir sobre a importância e as possibilidades de melhoria no processo ensino aprendizagem, incluso os processos avaliativos e elaboração de Planos de Aula.</p> <p>(3) Sensibilizar o corpo docente quanto à importância da apresentação aos alunos, na primeira semana, do/sobre o Plano de Aula, explicitando as metodologias e o processo avaliativo adotado em cada componente curricular e a todo semestre/ano.</p>	<p>DAE, CEICs, NDEs, Coordenações de Curso, Comissão de formação continuada, Docentes.</p> <p>Prazo: ação contínua.</p>
--	--	--

<p>Avaliações (Integrados): - Sobrecarga de avaliações em alguns dias/semanas.</p>	<p>(1) Fomentar: - o debate sobre metodologias, interdisciplinaridade, espaços e tempos curriculares para readequação dos PPC dos cursos, a fim de melhorar a distribuição do tempo de permanência dos alunos no câmpus além da sala de aula. - O debate sobre possibilidades de oferta de projetos de ensino ou similares em que seja trabalhado conteúdos sobre técnicas de estudo, organização do tempo escolar, uso de recursos TIC etc.</p>	<p>DAE, Coordenações de Curso, CEIC, CSP, Comissão de formação continuada, Docentes. Prazo: ação contínua</p>
<p>Projetos Integradores (Integrados): - Falta de parâmetros gerais quanto aos objetivos e às formas de execução dos trabalhos dos estudantes.</p>	<p>(1) Fomentar o debate sobre metodologias, interdisciplinaridade, espaços e tempos curriculares para readequação dos PPC dos cursos. (2) Promover espaços para que o trabalho realizado em PJI seja compartilhado com todo o corpo docente do ano letivo.</p>	<p>DAE, Coordenações de Curso, CEIC, CSP, Comissão de formação continuada, Docentes. Prazo: ação contínua</p>

<p>Orientação de estudos: - Ausência de programa de orientação pedagógica (estudos, agenda, compromissos...).</p>	<p>(1) Fomentar: - o debate sobre possibilidades de oferta de projetos de ensino ou similares em que sejam trabalhados conteúdos sobre técnicas de estudo, organização do tempo escolar, uso de recursos TIC, etc. - O debate sobre metodologias, interdisciplinaridade, espaços e tempos curriculares para readequação dos PPC dos cursos, a fim de melhorar a distribuição do tempo de permanência dos alunos no câmpus além da sala de aula. (2) Elaborar materiais de orientação de estudo no escopo de cada curso. Ação 4: Definir junto aos docentes formas de orientações de estudos.</p>	<p>DAE, Coordenações de Curso, CEIC, CSP, Comissão de formação continuada, Docentes. Prazo: ação contínua</p>
<p>Reunião de pais/responsáveis (Integrados / Concomitante / Subsequente): Falta de critérios para convocação de corpo docente e de datas de realização.</p>	<p>(1) Promover o debate entre corpo docente, coordenações de curso, CSP e DAE para definição dos critérios a cada início de ano letivo.</p>	<p>DAE, Coordenações de Curso, CSP e Docentes. Prazo: ação contínua</p>

<p>Horário dos cursos (Integrados): - Conflito de horário: falta de horários semanais destinados exclusivamente à RP e ao AA ou falta de definição acerca da disponibilização a critério do professor.</p>	<p>(1) Construir orientação didática que trate dos procedimentos sobre atendimento ao aluno e disponha sobre período adequado, recursos, espaços e tempos; (2) Pleitear, junto à Direção, local adequado para o atendimento ao aluno, por exemplo, sala de estudos coletiva ou baias de estudos. (3) Fomentar o debate sobre metodologias, interdisciplinaridade, espaços e tempos curriculares para readequação dos PPC dos cursos, a fim de melhorar a distribuição do tempo de permanência dos alunos no câmpus além da sala de aula.</p>	<p>DGR, DAA, DAE, Coordenações de Curso, CEIC, CSP, Docentes. Prazo: ação contínua</p>
---	--	---

<p>Evasão:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Análise dos índices de evasão. - Ações para o combate à evasão. 	<ol style="list-style-type: none"> (1) Solicitar à CPA que inclua na avaliação institucional questões acerca de problemas que levem à evasão; (2) Coletar e analisar dados e informações para elaboração de relatórios quantitativos e qualitativos sobre evasão; (3) Promover ações de formação continuada sobre o assunto para que os docentes possam debater e refletir sobre a importância e as possibilidades de melhoria no processo ensino aprendizagem, incluso os processos avaliativos e uso de recursos TIC. (4) Fomentar a implantação de projetos de ensino para nivelamento a alunos ingressantes; (5) Destinar parte do orçamento para bolsas de monitoria, projetos de ensino e de extensão, além de outras modalidades; (6) Destinar recursos para atividades de permanência e êxito, conforme indicações da CPE. (7) Destinar recursos para fomentar ações da CSP quanto ao atendimento e acompanhamento socioeconômico e psicopedagógico. (8) Apoiar e fomentar continuamente ações do NAPNE, NEABI e NUGS 	<p>DGR, DAE, Coordenações de Curso, CEIC, CSP, NAPNE, NEABI, CIPEE, Comissão de formação continuada, Docentes.</p> <p>Prazo: ação contínua</p>
--	---	---

<p>NAPNE: - Orientações sobre trabalhos com os Planos Educacionais Individuais (PEI) de Aprendizagem.</p>	<p>(1) Construir orientação didática que trate dos procedimentos sobre elaboração de PEI; (2) Promover ações de formação continuada sobre o assunto para que os docentes e técnicos possam debater e refletir sobre a elaboração de PEI para atender aos alunos com necessidades especiais. (3) Fomentar canal de comunicação entre Coordenações de Curso, NAPNE, CSP e Docentes com a T.I. para melhorias nas ferramentas de gerenciamento de informações sobre alunos com necessidades especiais. (4) Adquirir recursos assistivos para o trabalho com/dos alunos com necessidades específicas. (5) Pleitear junto à Reitoria a necessidade de contratação de servidores(as) especializados(as) nesse campo educacional, por exemplo, a necessidade de alfabetizadores(as)</p>	<p>DGR, DAE, DAA, TI, Coordenações de Curso, CEIC, CSP, NAPNE, Comissão de formação continuada, Docentes. Prazo: ação contínua</p>
--	--	---

<p>Assistência Estudantil: - Publicização dos quantitativos e sua distribuição.</p>	<p>(1) Melhorar a publicização das informações concernentes ao orçamento ordinário e complementar, em meio eletrônico (página do câmpus) e de relatórios de execução orçamentária internos trimestrais; (2) Fomentar o debate contínuo das necessidades e das prioridades orçamentárias do câmpus; (3): Melhorar os processos de consulta de necessidades de aquisição de materiais e equipamentos; (4) Fomentar os trabalhos da CPE.</p>	<p>CONCAM, DRG, DAA, DAE, CSP, CPI, CEX, TI, Coordenações de Curso Prazo: ação contínua</p>
--	---	--

<p>Simulados (Integrados): - Falta de acordo coletivo sobre a política do câmpus em incentivar (optativo, obrigatório...) a realização de simulados (semestrais, anuais).</p>	<p>(1) Construir orientação didática que trate dos procedimentos da aplicação de simulados e disponha sobre período adequado, forma, metodologia, avaliação, recursos, espaços e tempos; (2) Promover ações de formação continuada sobre o assunto para que os docentes possam debater e refletir sobre a importância e as possibilidades de melhoria no processo ensino aprendizagem, incluso os processos avaliativos. (3) Fomentar o debate sobre metodologias, interdisciplinaridade, espaços e tempos curriculares para readequação dos PPC dos cursos, a fim de melhorar a distribuição do tempo de permanência dos alunos no câmpus além da sala de aula.</p>	<p>DAE, CSP, Comissão de formação continuada, Coordenações de Curso, CEIC, NDE, Docentes Prazo: ação contínua</p>
<p>Formação continuada: - Falta de estabelecimento de temas e encontros sob demandas pedagógicas do câmpus.</p>	<p>(1) Fomentar o debate sobre a formação continuada, sua natureza, forma, espaços e tempos.</p>	<p>DAE, CSP, Comissão de Formação Continuada, Coordenações de Curso, Docentes.</p>
<p>Evento do câmpus: - Ausência de eventos específicos dos cursos</p>	<p>(1) Promover o debate sobre o assunto. (2) Fomentar a organização de eventos (3) Elaborar calendário de eventos dos cursos e incluir no calendário acadêmico.</p>	<p>DRG, DAA, DAE, CEX, CPI, Coordenações de Curso, CSP, Docentes.</p>

7.2. Dimensão: Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação

Diagnóstico	Proposta de ação	Responsáveis e Prazos
<p>Bolsas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Dificuldade de aderência dos docentes à participação/submissão de projetos de pesquisa de iniciação científica (IC) com bolsa. - Necessidade de ampliação da quantidade de bolsas no câmpus. No ano letivo de 2021 o câmpus disponibilizou um valor orçamentário suficiente para ofertar 4 bolsas PIBIFSP de 9 meses. Atualmente, até julho de 2021, o câmpus possui um total de 6 alunos bolsistas de IC (bolsas do orçamento do câmpus e via editais PRP/CNPq). - Baixa adesão e envolvimento dos alunos do ensino médio em projetos de pesquisa e de IC. 	<ol style="list-style-type: none"> (1) Elaborar vídeos tutoriais para apresentação dos diferentes programas de IC e demonstração do processo de submissão do projeto de IC via SUAP. (2) Organizar palestras na Formação Continuada, com temas relativos à reflexão das atividades de Pesquisa no IFSP, e elaboração de projetos de pesquisa para agências FAPESP, CNPq e outras. (3) Pleitear junto à Direção e à PRP maior quantidade de bolsas de pesquisa anuais. (4) Promover a cultura colaborativa para formação de grupos de pesquisa. (5) Promover ações para integralização projetos de PJI e TCC em programas de IC. (6) Organizar a realização de uma Feira de Ciências com foco nos alunos do ensino médio. (7) Promover ações para integralização projetos de PJI na formatação de projetos/trabalhos da Febrace (Feira Brasileira de Ciências e Engenharia). 	<ul style="list-style-type: none"> - CPI, COMPESQ, DRG, Comissão de Formação Continuada, Docentes de PJI. <p>Prazo: ação contínua.</p>

<p>Evento do câmpus:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ausência de evento no câmpus destinado exclusivamente à pesquisa. - Desde a criação do câmpus a SNCT, um evento anual, tem sido o principal evento para divulgação dos trabalhos de pesquisas realizados no câmpus. Além disso, vale destacar que há vários eventos organizados pelos diferentes cursos do câmpus, nos quais são apresentados trabalhos científicos dos alunos. - Em outubro de 2020 houve um evento on-line só para divulgação dos trabalhos de pesquisa dos alunos de IC: "A Importância da Pesquisa na Educação no IFSP Pirituba". <p>Em janeiro de 2021 houve o I SECULE (Seminário do Curso de Letras) que possibilitou a apresentação de pesquisas de professores e estudantes do IFSP e da comunidade externa.</p>	<p>(1) Articular com docentes, TAEs e discentes o planejamento e a execução da SNCT;</p> <p>(2) Organizar "atrações" com divulgação de ações/trabalhos científicos com foco nos alunos do ensino médio.</p>	<p>CPI, COMPESQ,</p> <p>Coordenações de Curso, Grupos de pesquisa institucionalizados, CEX, Comissão da SNCT</p> <p>Prazo: ação contínua</p>
---	---	---

<p>Grupos de pesquisa:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ausência de encontro (anual, bianual...) dos grupos de pesquisa do câmpus. - Baixa adesão e envolvimento dos alunos do ensino médio. - Atualmente o câmpus apresenta 8 grupos de pesquisa, em diferentes áreas do conhecimento, registrados oficialmente no CNPq. 	<p>(1) Fomentar junto aos grupos de pesquisa, docentes, TAEs e discentes a divulgação de suas reuniões, atividades e trabalhos publicados.</p> <p>(2) Articular reunião/encontro entre os grupos de pesquisa do câmpus, dentro da SNCT, para apresentação dos grupos e trabalhos.</p> <p>(3) Promover encontros para dividir as experiências dos grupos de pesquisa com os alunos de PJI.</p> <p>(4) Fomentar os grupos de pesquisas a criarem sites ou perfis em redes sociais para divulgação científica das atividades do grupo. Esses sites e perfis seriam divulgados no site do câmpus.</p>	<p>CPI, Grupos de Pesquisa, Coordenações de Curso, Docentes de PJI, Comissão da SNCT, CTI, Biblioteca.</p> <p>Prazo: ação contínua</p>
---	---	---

<p>Infraestrutura</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ausência de espaços adequados para laboratórios exclusivos de pesquisa, oficinas, FabLab, salas de orientação, salas de reunião, auditório - Ausência de projetos de pesquisa para captação de recursos via projetos de pesquisa (FINEP, FAPESP, CNPQ) para criação de laboratórios de pesquisa. - Atualmente o câmpus conta com uma sala de Iniciação Científica, o FabLab como infraestrutura dedicadas à Pesquisa e Inovação. 	<p>(1) Fomentar junto à comunidade acadêmica o debate sobre as necessidades de espaços para implantação de laboratórios, oficinas, salas de orientação, salas de reunião, auditório, adequados para atividades de pesquisa e divulgação.</p> <p>(2) Elaborar vídeos sobre os programas de auxílio e bolsas da Fapesp.</p>	<p>DRG, DAA, CPI, COMPESQ, Coordenações de Curso, Grupos de pesquisa, FabLab</p> <p>Prazo: ação contínua</p>
---	---	---

<p>FabLab</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ausência de regulamentação, formulários para agendamento e propostas de projetos - Espaço adequado para equipamentos; - Equipamentos e ferramentas; - Programação de minicursos; 	<p>(1) Elaborar regulamento do FabLab e documentação acessória.</p> <p>(2) Elaborar página do FabLab com orientações e acesso aos formulários eletrônicos para propostas de projetos, agendamento e divulgação dos trabalhos.</p> <p>(3) Pleitear junto à DRG e à PRP a aquisição de equipamentos e ferramentas necessárias para a execução de projetos e protótipos.</p> <p>(4) Assegurar junto à DRG e à PRP orçamento específico para aquisição de insumos (exemplo: cartão pesquisador ou verba específica) para uso de projetos de alunos do câmpus, de minicursos e cursos FIC ofertados pelo câmpus.</p> <p>(5) Fomentar junto aos docentes e Taes cursos específicos sobre uso de equipamentos ou softwares vinculados ao LabFab.</p> <p>(6) Pleitear junto à DRG a contratação de estagiários para acompanhamento de atividades no FabLab.</p>	<p>Coordenador FabLab; COMPESQ, DRG; CPI; CEX; Coordenadores de Curso</p> <p>Prazo: ação contínua</p>
--	---	--

<p>Comunicação e divulgação</p> <p>- Ampliar a divulgação e visibilidade das ações e atividades de pesquisa e inovação realizadas no câmpus.</p>	<p>(1): Promover:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A divulgação das ações de pesquisa e inovação via site, mídias sociais e canal do youtube do câmpus. - A publicação de trabalhos de pesquisa e inovação desenvolvidos pelos alunos e professores do câmpus em eventos científicos, tal como o CONICT. - A realização de eventos divulgando ações de pesquisa e inovação, visando a captação de recursos via emendas parlamentares, para serem aplicados na pesquisa/inovação do câmpus. - A destinação de recursos do câmpus para participação em eventos. 	<ul style="list-style-type: none"> - DRG, DAA, CPI, COMPESQ, CTI, CEX, Biblioteca <p>prazo: ação contínua</p>
---	---	---

Minibus

<p>Inovação e Parcerias com Empresas</p> <ul style="list-style-type: none"> - Escassez de parcerias com empresas para projetos de Inovação - Ausência de um pólo de Inovação e Incubadora - Escassez de projetos de pesquisa e inovação realizados em parcerias com empresas e instituições 	<p>(1) Realizar: - diagnóstico de empresas no entorno e na região do câmpus para potenciais parcerias via projetos de Inovação.</p> <p>- Levantamento das empresas que os alunos realizam estágios.</p> <p>(2) Fomentar a criação de propostas para implementação de uma Incubadora Tecnológica e/ou Polo de Inovação do IFSP Câmpus Pirituba.</p> <p>(3) Elaborar vídeos para apresentação dos diferentes programas de Inovação disponíveis na INOVA</p> <p>(4) Promover palestras com relatos de experiências de professores responsáveis por projetos de Inovação.</p> <p>(5) Realizar reunião com a subprefeitura da região de Pirituba e com representantes das Secretarias do Estado para estabelecimento de parcerias e projetos de pesquisa e inovação.</p>	<p>API, CPI, COMPESQ, CEX, DRG.</p> <p>prazo: ação contínua</p>
---	---	---

7.3. Dimensão: Extensão

Diagnóstico	Proposta de ação	Responsáveis e Prazos
<p>Comunidade: Pouca interação dialógica do câmpus com a comunidade.</p>	<p>(1) Curricularização da extensão promoverá maior aproximação com a comunidade. (2) Levantamento das necessidades da comunidade. (3) Oferecer FIC ou outras ações em ambientes externos (escolas, subprefeitura, associações, empresas...) (4) Reformulação da comissão “Fortalecimento de Redes e Vínculos com a Comunidade” para atuar no fortalecimento de vínculos e divulgação do câmpus (linkedin, redes sociais, facebook, youtube).</p>	<p>(1) Coordenadoria de Extensão (2) Agentes de prospecção (3) Coordenadoria de apoio à Direção (4) DRG (5) Prazo: 1º Semestre de 2022</p>
<p>Projetos e Bolsas: (1) Poucos projetos de extensão no câmpus (2) Baixo aproveitamento das bolsas de extensão devido à falta de projetos.</p>	<p>(1) Realizar projetos em parceria com empresas com contrapartida financeira por meio de bolsas para discentes. (2) Promover ações conjuntas com a equipe de formação continuada para capacitar os Professores a criar projetos de extensão. (3) Incentivar os Professores a criar projetos e participar dos editais de seleção. (4) Ampliar a divulgação de projetos de extensão realizados no âmbito do câmpus.</p>	<p>(1) Coordenadoria de Extensão (2) Equipe de formação continuada (3) Agentes de prospecção (4) Prazo: 2º Semestre 2022</p>

<p>Eventos do câmpus: (1) Escassez de eventos no câmpus destinados à comunidade interna e externa.</p>	<p>(1) Propor uma agenda de eventos do câmpus. (2) Formalizar o registro dos eventos no SUAP.</p>	<p>(1) Coordenadoria de Extensão (2) DRG (3) DAE (4) Prazo: 2º Semestre de 2022</p>
<p>Acompanhamento de egressos (1) Não há qualquer manutenção de vínculo ou contato destinado aos egressos.</p>	<p>(1) Articular com a PRX um formato para a manutenção de vínculo ou contato destinado aos egressos. (2) Criar a rede social do IFSP câmpus Pirituba no LinkedIn ou redes sociais similares, voltadas ao mercado de trabalho. (3) Convidar egressos para os eventos realizados no câmpus.</p>	<p>(1) Coordenadoria de Extensão (2) Coordenadoria de Tecnologia da Informação (3) Coordenadoria de apoio à Direção (4) Prazo: 2º Semestre de 2022</p>
<p>Empreendedorismo e Cooperativismo (1) Falta aproximação/parcerias com Empresas da região (2) Falta aproximação/parcerias com a comunidade para fomentar ações empreendedoras. (3) Falta iniciativas de incubadoras empresariais (4) Ausência de empresa júnior</p>	<p>(1) Realizar projetos em parceria com empresas, cooperativas e comunidade. (2) Desenvolver ações relativas à empreendedorismo e cooperativismo no câmpus. (3) Intensificar o trabalho dos agentes de prospecção do câmpus a fim de realizar parcerias com empresas. (4) Mobilizar de ações para a criação das empresas juniores e incubadoras. (5) Disponibilizar o FabLab para a utilização da Comunidade. (6) Incentivar projetos de consultoria envolvendo Professores e Alunos.</p>	<p>(1) Agentes de prospecção do câmpus (2) Docentes da área de gestão (3) Prazo: 2º Semestre 2022</p>

<p>Estágios</p> <p>(1) Pouco conhecimento da regulamentação do processo de estágio por parte da comunidade acadêmica.</p> <p>(2) Procura acentuada de estágios por parte dos alunos</p>	<p>(1) Ampliar a interlocução com empresas, instituições de ensino e ONGs da região para a possibilidade de oferta de estágios.</p> <p>(2) Criar: - eventos e canais de comunicação sobre a regulamentação do processo de estágio. - Base de dados com ofertas de estágios oferecidos pelas empresas (Sugestão: Moodle).</p> <p>(3) Ampliar estratégias para divulgação de oportunidades de estágio para os alunos do câmpus.</p> <p>(4) Promover feiras e convidar empresas para divulgarem oportunidades de estágios.</p> <p>(5) Viabilizar a oferta de estágios internos no câmpus contemplando bolsas quando possível.</p>	<p>(1) Coordenadoria de Tecnologia da Informação</p> <p>(2) Coordenadoria de extensão</p> <p>(3) Coordenadoria dos cursos</p> <p>(4) Orientadores de estágios</p> <p>(5) Agentes de prospecção</p> <p>(6) Prazo: 2º Semestre 2022</p>
--	--	--

7.4. Dimensão: Administrativa

Diagnóstico	Proposta de ação	Responsáveis e Prazos
<p>Infraestrutura: Física</p> <p>Ausência de espaço para preparo, manuseio e oferta de alimentação gratuita e de qualidade ao estudante dos cursos da educação básica e refeições de baixo custo aos discentes da educação superior.</p>	<p>(1) Construir um Restaurante Estudantil.</p>	<p>- DAA, DAE, DRG, Concam. Curto e Médio prazo.</p>
<p>Infraestrutura: Física</p> <p>Ausência de espaços privativos de trabalho para coordenadores e professores</p>	<p>(1) Criar gabinetes/ambientes de trabalho privativos para professores e coordenadores.</p>	<p>- DAA, DAE, DRG. Longo prazo.</p>

<p>Infraestrutura: Física Ausência de espaço adequado para biblioteca e auditório</p>	<p>(1) Construir Biblioteca e Auditório;</p>	<p>- DAA, DRG, Concam. Longo Prazo</p>
<p>Infraestrutura – Acessibilidade e identificação visual: Necessidade de ampliar a acessibilidade aos espaços do câmpus.</p>	<p>(1) Ampliar a área com aplicação de piso tátil; (2) Instalar mapa tátil no Câmpus; (3) Demarcar de vagas de estacionamento internas e externas, incluindo reserva de vagas, conforme Art. 47 da Lei nº 13.146/2015; (4) Ampliação do número de vagas de estacionamento para estudantes; (5) Instalar placas e totens direcionais, para cada bloco; (6) Adquirir mais teclados e mesas adaptados para alunos portadores de necessidades específicas; (7) Pintura da caixa d'água para ampliar visibilidade do câmpus.</p>	<p>- DAA, DAE, DRG, CONCAM. - Curto e Médio Prazo</p>
<p>Infraestrutura – Conectividade: Cobertura da rede de internet é deficiente, há lacunas no acesso à rede sem fio e pontos sem conectividade com ou sem fio.</p>	<p>(1) Levar internet ao ginásio; (2) Ampliar a cobertura da rede WiFi nos ambientes e disponibilizá-la aos discentes.</p>	<p>- DAA, CTI, DRG - Médio prazo.</p>
<p>Infraestrutura – Conectividade: Pouca disponibilidade de equipamentos de informática para os discentes.</p>	<p>(1) Aumentar a quantidade de computadores para uso discente, com hardware e software atualizados;</p>	<p>- DAA, CTI, DRG. - Médio prazo.</p>

<p>Infraestrutura – Recursos de Tecnologia da informação e comunicação (TIC) nas salas de aula/laboratórios: -Necessidade de itens aprimorem os ambientes e viabilizem o ensino híbrido/remoto -Necessidade de itens específicos para atividades do Centro de línguas (CELIN) e disciplinas correlatas.</p>	<p>(1) Disponibilizar recursos de TIC, como câmeras, microfones, como fones de ouvido headset, entre outros.</p>	<p>- DAA, CTI. - Curto e médio prazo.</p>
<p>Infraestrutura – Sustentabilidade Não ocorre reuso de água pluvial em volume expressivo.</p>	<p>(1) Projetar e implementar sistema que permita a alimentação hidráulica com água pluvial tratada, para vasos sanitários e jardinagem.</p>	<p>- DAA, DRG. - Médio e longo prazo.</p>
<p>Infraestrutura – Sustentabilidade Necessidade de ampliar a capacidade da usina fotovoltaica atual para garantir auto sustentabilidade energética mesmo com ampliações e aumento de consumo.</p>	<p>(1) Aumentar a quantidade de placas fotovoltaicas e viabilizar a manutenção do sistema, de todo o sistema, de modo a obter o máximo rendimento possível.</p>	<p>- DAA, DRG. - Médio e longo prazo.</p>
<p>Infraestrutura – Sustentabilidade O câmpus necessita de continuidade nas ações de arborização.</p>	<p>(1) Plantar espécies nativas e frutíferas e suprimir vegetação invasora.</p>	<p>- DAA, DRG. - Médio e longo prazo.</p>
<p>Infraestrutura – Equipamentos Computadores em quantidade inferior ao ideal, com necessidade de atualização e aprimoramento</p>	<p>(1) Adquirir mais computadores para laboratórios de informática, para complementação e renovação.</p>	<p>- DAA, CTI, DRG, CONCAM. - Médio e longo prazo.</p>

<p>Infraestrutura – Equipamentos Necessidade de ampliar e equipar os laboratórios didáticos de formação específica.</p>	<p>(1) Adquirir equipamentos para formação específica prática que ainda não estejam disponíveis no câmpus; (2) Viabilizar espaço físico para uso e guarda destes equipamentos.</p>	<p>- DAA, DAE, DRG, CONCAM. - Médio prazo.</p>
<p>Infraestrutura – Espaços de convivência Necessidade de mais ambientes para práticas culturais, de lazer e esportivas ao ar livre;</p>	<p>(1) Ampliar/melhorar espaços de convivência discente para prática de atividades diversas, criar bicicletário.</p>	<p>- DAA, DRG. - Médio e longo prazo.</p>
<p>Infraestrutura – Segurança e acesso Necessidade de ampliar os mecanismos de promoção de segurança do câmpus.</p>	<p>(1) Instalar catraca de acesso/dispositivo de reconhecimento para pedestres; (2) Automatizar os portões de entrada veicular; (3) Ampliar o número de sensores e câmeras</p>	<p>- DAA, DRG. - Médio e longo prazo.</p>
<p>Administração – Gestão de processos - Necessidade padronização da rotina do trabalho nos setores;</p>	<p>(1) Criar procedimentos, roteiros, manuais, fluxogramas setoriais e intersetoriais e colocá-los em prática.</p>	<p>- DAA, DAE, DRG. - Curto e médio prazo.</p>
<p>Administração – Acesso à informação Necessidade de melhorar a disponibilização e o acesso às informações e rotinas dos setores no site institucional.</p>	<p>(1) Criar/Melhorar/Implementar as páginas de cada setor do câmpus, para uso por servidores e discentes, e comunidade externa, conforme necessidade.</p>	<p>DAA, DAE, DRG, CTI. - Curto e médio prazo</p>

<p>Administração – Gestão de pessoas - Necessidade de capacitação do servidor para atualização e melhor desempenho das funções.</p>	<p>(1) Incentivar a qualificação dos servidores em programas desenvolvidos interna e externamente ao câmpus e à reitoria, priorizando a capacitação gratuita, em assuntos alinhados ao desenvolvimento do trabalho.</p>	<p>- DAA, DAE, DRG. - Curto e médio prazo.</p>
<p>Serviços diversos – Cantina: Necessidade de diversificação do cardápio, possibilitando a oferta de alimentos saudáveis, menos gordurosos, com opções vegetarianas, veganas e de menos processados.</p>	<p>(1) Redefinir o cardápio e alinhar o escopo nutricional dos alimentos ofertados na cantina com a empresa com a qual o câmpus possui contrato de concessão de uso do espaço. Caso necessário, fazer aditivo de cláusula contratual.</p>	<p>- DAA, CAE. - Curto prazo.</p>

Minibus